



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

GUILHERME HENRIQUE DA SILVA BASCO GARCIA

**MICHEL FOUCAULT:**  
DAS CARTOGRAFIAS DO PODER AOS ESPAÇOS OUTROS

---

Londrina  
2021

GUILHERME HENRIQUE DA SILVA BASCO GARCIA

**MICHEL FOUCAULT:**  
**DAS CARTOGRAFIAS DO PODER AOS ESPAÇOS OUTROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Gomes Nalli

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Garcia , Guilherme Henrique da Silva Basco Garcia .

Michel Foucault: das cartografias do poder aos espaços outros / Guilherme Henrique da Silva Basco Garcia Garcia . - Londrina, 2021.  
85 f.

Orientador: Marcos Alexandre Gomes Nalli Nalli.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Heterotopia - Tese. 2. Disciplina - Tese. 3. Biopolítica - Tese. 4. Espaço - Tese. I. Nalli, Marcos Alexandre Gomes Nalli . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

CDU 1

GUILHERME HENRIQUE DA SILVA BASCO GARCIA

**MICHEL FOUCAULT:**  
**DAS CARTOGRAFIAS DO PODER AOS ESPAÇOS OUTROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em filosofia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre Gomes  
Nalli  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Giovana Carmo Temple  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -  
UFRB

---

Prof. Dr. Fábio Parra Furlanete  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 08 de abril de 2021.

Às memórias de Givaldo Batista dos Santos e  
Manoel José da Silva Neto

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente à minha mãe, Eletier Regina, por todo o seu apoio e toda a força necessária. Aos meus irmãos, Bruno Gabriel e Isadora Silva, aos meus avós, Aparecida Silva e Manoel José, e a toda a minha família.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Alexandre Gomes Nalli, pela amizade, atenção e paciência durante todo o caminho percorrido nos estudos foucaultianos. Agradeço imensamente por ter me apresentado ao grupo de estudos no início da graduação em Filosofia em 2014.

Aos membros da banca examinadora, Giovana Temple e Fábio Furlanete, pela disponibilidade e colaboração na construção desta pesquisa.

Aos meus amigos e a todos aquele que de alguma forma contribuíram nesta jornada. À Beatriz Amaro pela revisão, parceria e confiança. Agradeço o Prof. Dr. Américo Grisotto por ter mencionado o termo “heterotopia” durante uma de suas aulas de estágio de docência na graduação em Filosofia.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Londrina, e a todos os professores, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES), que apoiou a realização deste trabalho.

*“Teremos muros, grades, vidros e portões  
Mais exigências nas especificações  
Mais vigilância, muito menos exceções  
Que lindo acordo de cidadania!”.*

(Siba: *Marcha Macia*. Álbum: *De Baile Solto*. 2015)

GARCIA, Guilherme Henrique da Silva Basco. **Michel Foucault**: das cartografias do poder aos espaços outros. 2021. 84 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

Esta pesquisa consiste em construir uma chave interpretativa que resulta na conexão e junção das heterotopias com as relações dos poderes disciplinar e biopolítico em Michel Foucault, seguindo as análises do conceito de heterotopia apresentadas nas entrevistas radiofônicas de Foucault para a série Cultura Francesa de 1966, que tinha por tema *Utopia e Literatura*. Nessas entrevistas, entre os dias 7 e 21 de dezembro de 1966, ele exhibe dois textos: *O Corpo Utópico* e *As Heterotopias*. Aqui, porém, nos atentamos apenas ao segundo, pelo seu vínculo com o texto *Outros espaços*, apresentado numa conferência do Círculo de Estudos Arquitetônicos de Paris em 14 de março de 1967. A proposta primeira é utilizar-se das definições conceituais de heterotopia e lançá-las nas perspectivas de *Vigiar e Punir* (1975), possibilitando uma leitura outra sobre as heterotopias, estabelecendo um diálogo e conexão com o poder disciplinar, formulando hipoteticamente um novo princípio heterotópico – ou seja, desenvolver um princípio que tem como função as “heterotopias disciplinares”, cujo modo se estabelece pelo “constrangimento”. Portanto, o propósito é analisar a constituição e a relação do espaço com o corpo, fazendo uma construção e relação dos espaços heterotópicos com os espaços disciplinares. A segunda proposta visa relacionar as heterotopias nas perspectivas do curso *Segurança, Território e População*, ministrado no *Collège de France* no ano de 1978. A pretensão é analisar uma possível conexão, fazer uma leitura outra da heterotopia e seus aspectos espaciais diversos com a questão da cidade, ou o espaço da cidade, fundamentalmente abordados por Foucault em seu curso, onde se implica, segundo o autor, a relação da biopolítica.

**Palavras-chave:** biopolítica; disciplina; espaço; foucault; heterotopia.



GARCIA, Guilherme Henrique da Silva Basco. **Michel Foucault**: from the cartographies of power to other spaces. 2021. 84 p. Dissertation (Master in Philosophy) – State University of Londrina, Londrina, 2021.

### **ABSTRACT**

This research consists in constructing an interpretative key that results in the connection and junction between heterotopias and the relations of the disciplinary and biopolitical powers in Michel Foucault, following the analysis of the concept of heterotopia presented in Foucault's radio interviews for the French Culture series in 1966, which had Utopia and Literature as its theme. In these declarations, between 7 and 21 December 1966, he exhibits two texts: The Utopian Body and The Heterotopias. Here, however, we pay attention only to the second, due to its link with the text *Other Spaces*, presented at a conference of the Circle of Architectural Studies in Paris on March 14, 1967. The first goal is to use the conceptual criteria of heterotopia and launch it in the perspectives of *Discipline and Punish* (1975), enabling a different reading about heterotopias, establishing a dialogue and connection with the disciplinary power, hypothetically formulating a new heterotopic principle - that is, developing a principle that has the function of “heterotopias disciplinary actions”, whose mode is processed by “constraint”. Therefore, the purpose is to analyze the constitution and the relationship of space with the body, making a construction and establishing a relationship between heterotopic spaces and disciplinary spaces. The second goal aims to relate the heterotopias in the perspectives of the *Security, Territory and Population* course, taught at the Collège de France in 1978. The intention is to analyze a possible connection, make another reading of the heterotopy and its different spatial aspects with the question of the city, or the space of the city, fundamentally individual by Foucault in his course, which implies, according to the author, the relation of biopolitics.

**Keywords:** biopolitics; discipline; space; foucault; heterotopia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1</b> <b>CAPÍTULO 1: SOBRE A HETEROTOPIA</b> .....	12
1.1     Heterotopia: gênese e significado.....	12
1.2     Princípios heterotópicos .....	20
1.3     Contexto e recepções.....	23
<b>2</b> <b>CAPÍTULO 2: SOBRE O PODER DISCIPLINAR</b> .....	33
2.1     Corpo, espaço e disciplina.....	33
2.2     O Panóptico .....	46
2.3     Heterotopia e Disciplina.....	50
<b>3</b> <b>CAPÍTULO 3: SOBRE A BIOPOLÍTICA</b> .....	55
3.1     O contexto da biopolítica: uma leitura espacial .....	55
3.2     Heterotopia e biopolítica .....	71
<b>CONCLUSÃO</b> .....	80
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	83

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende construir uma chave interpretativa que resulta nas análises das relações de poder disciplinar e biopolítico a partir das heterotopias em Michel Foucault, baseada nas concepções do conceito de heterotopia apresentadas nas entrevistas radiofônicas de Foucault para a série *Cultura Francesa*, de 1966, cujo tema era *Utopia e Literatura*. Nessas entrevistas, concedidas entre os dias 7 e 21 de dezembro daquele ano, ele trata de dois textos: *O Corpo Utópico* e *As Heterotopias*. Aqui, porém, nos atentamos apenas ao segundo, pelo seu vínculo com o texto *Outros espaços*, apresentado numa conferência do Círculo de Estudos Arquitetônicos de Paris em 14 de março de 1967.

No ano de 1967, Foucault faz uma conferência no Círculo de Estudos Arquitetônicos de Paris, apresentando um texto chamado *Outros Espaços*, como uma espécie de reformulação das duas conferências de 1966, *O corpo utópico* e *As heterotopias*, agora sem uma característica literária. Essa conferência de 1967 é o texto principal de análise.

O termo heterotopia advém da junção da palavra *Hetero*, que significa vários, múltiplos, diferentes, e *Topos*, que se refere a lugar. A partir de uma visão geral do conceito, pode-se defini-lo como “espaços outros”. Foucault cria uma problematização acerca da definição de espaço, expondo uma nova concepção, afetando direta e indiretamente os ramos da arquitetura e urbanismo do século XX.

Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama. (FOUCAULT, 2009, p. 411)

A proposta é analisar as noções de heterotopia e aplicá-las às perspectivas e aos horizontes da obra *Vigiar e Punir* (1975), levando em consideração o poder disciplinar (genealogia disciplinar) em relação ao corpo e também ao aspecto arquitetônico que a obra atribui tendo vista o modelo *Panóptico* de Jeremy Bentham. É nele que se exerce o dispositivo do poder disciplinar, no qual a vigilância constitui uma anatomia política cuja principal função são as relações disciplinares.

Na obra *Vigiar e Punir*, o poder disciplinar é fortemente marcado por seus dispositivos. O mais evidente é o espaço, ou seja, o ordenamento estrutural do espaço potencializa em maior escala o número de efeitos da disciplina. Neste sentido, o espaço disciplinar é uma arquitetura

fechada, organizada e calculada. No texto *Outros Espaços*, Foucault formula seis princípios heterotópicos, a partir da principal definição de heterotopia: múltiplos, diferentes ou vários lugares (espaços); que se segue com múltiplas características em seus princípios, ou seja, espaços de *mutações*, espaços de *ilusões*, etc. No entanto, há aqueles que são da ordem do *desvio*, “que localiza os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida” (FOUCAULT, 2009, p. 416). Um dos exemplos maiores desses desvios são as prisões e as clínicas psiquiátricas.

O intuito desta pesquisa é apresentar uma leitura “diferente” destes registros, estabelecer uma possível conexão entre heterotopia e disciplina, sem desvencilhar do corpo (indivíduo), que é também um dos objetivos da discussão, de modo que o corpo, inserido ou até mesmo pertencente a um determinado tipo de lugar-espaço, cujas formas e elementos são de ordem disciplinares, não se encontra numa relação neutra. Este corpo se constitui no espaço de outra forma, e é justamente por ser de outra forma que essa relação se sustenta. Neste caso, o corpo é estrangido em relação ao espaço disciplinar.

A segunda proposta é se utilizar das definições conceituais de heterotopia e lançá-las nas perspectivas da biopolítica a partir da leitura dos cursos *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976) e *Segurança, Território e População* (1977-1978), ministrados no Collège de France. Pretende-se analisar uma possível conexão da heterotopia e seus aspectos espaciais diversos com a questão da cidade, ou do espaço da cidade, fundamentalmente abordados por Foucault, nos quais implica-se, segundo o autor, a relação da biopolítica.

Nesses cursos, Foucault começa a expor aquilo que se pretende trabalhar durante todo o período do curso – a biopolítica –, tendo como fundamento uma série de fenômenos e conjuntos de mecanismos que perpassam o fator biológico da espécie humana em uma estratégia política. Neste sentido, a biopolítica não se constitui de princípios, regras e teorias, mas sim de análises, que permitem uma série de investigações destes mecanismos de poder que interferem na vida humana.

Seguindo essa perspectiva, a biopolítica possui algumas diretrizes que possibilitam aberturas no estratagema do corpo social. Ela tem como finalidade gerir a vida dos indivíduos, obter o controle absoluto, uma ordem da vida em sua totalidade, seja na coletividade ou nas condições de possibilidade desta vida. Além disso, possui como corporeidade – mesmo que não seja algo material/substancial – o corpo social (população). O jogo desse mecanismo de poder sobre a vida se estabelece justamente na relação dos indivíduos numa determinada

estratégia/tática política e também num exercício político, seja ela medida ou adotada em um determinado lugar ou período da sociedade. E entre esses mecanismos há o espaço, e nas perspectivas biopolíticas a problemática do espaço perpassa a questão do espaço da cidade.

A cidade apresenta em seu âmago um conjunto de espaços que permite inferir variadas heterotopias. Ela é um aglomerado de lugares que lhe atribuem uma constituição que a permitem sê-lo. Afinal, quais são as heterotopias que definem a cidade enquanto cidade? Dessa maneira, a cidade também pode ser uma heterotopia? A intenção é analisar essas colocações. O conceito de heterotopia permite múltiplas interpretações por ser algo não acabado. No entanto, o uso de suas indicações será como ferramentas basilares para estabelecer uma relação entre a questão do espaço-cidade e a biopolítica. Podemos, então, colocar como questão: a biopolítica constitui quais heterotopias? Que tipos de estratégias dos mecanismos da biopolítica (aquelas cujos objetivos são gerir a vida) formam heterotopias? Por fim, esta pesquisa faz uma análise das relações de poder, isto é, as cartografias do poder disciplinar e biopolítico em relação aos espaços heterotópicos.

## 1 CAPÍTULO 1 – SOBRE A HETEROTOPIA

### 1.1. HETEROTOPIA: GÊNESE E SIGNIFICADO

Com base no ano de publicação, a primeira menção e aparição do termo e conceito de *heterotopia* em Foucault aparece apenas no prefácio da obra *As palavras e as coisas*, de 1966.

O texto *As palavras e as coisas* é notoriamente marcado pela influência da leitura de Borges<sup>1</sup>. O riso de Foucault provocado por Borges é a sua ordem e desordem – muito mais desordem – na taxonomia aplicada na enciclopédia chinesa, uma certa classificação de objetos que compõem essa rede mista de relação, de objetos reais e imaginários.

Esse texto cita “uma certa enciclopédia chinesa” onde será escrito que “os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados como um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas”. No deslumbre dessa taxinomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso. (FOUCAULT, 2007, IX)

Cada uma destas categorias, ou, como diz Foucault, “singulares rubricas”, na ordem de classificação, possui um conteúdo determinado. Essa taxinomia demarca uma geometria de lugares, formada pelos animais que possuem lugares no campo imaginário ou fantástico (animais fabulosos ou sereias) e por aqueles que possuem um lugar real (os domesticados). Há um jogo binário entre o real e o irreal. O interessante dessa classificação é justamente como ela é estabelecida: não é de modo algum uma espécie de aleatoriedade ou mera “distinção”; tem uma ordem muito específica na determinação de seu conteúdo. Cada rubrica (a, b, c, e assim por diante) constitui uma rede de relações e inferências de uma para outra em sua posição (lugar). É justamente neste interstício de uma para outra que o espaço de possibilidade se dá, e é neste espaço que as relações são colocadas como próximas e distantes, pois há seres “vivos” no mundo do imaginário.

O impossível não é a vizinhança das coisas, é o lugar mesmo onde elas poderiam avizinhar-se. Os animais “i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados como um pincel muito fino de pêlo de camelo” – onde poderiam eles jamais se encontrar, a não ser na página que a transcreve? Onde poderiam eles se justapor, senão no não-lugar da linguagem? Mas esta,

---

1. Jorge Francisco Isidoro Luis Borges Acevedo (1899-1986), ensaísta, poeta e crítico literário argentino.

ao desdobrá-lo, não abre mais que um espaço impensável. (FOUCAULT, 2007, XI)

É na linguagem que o não-lugar emerge. É justamente nesse momento que Foucault introduz a ideia de *heterotopia*, fazendo uma relação com a utopia (o não-lugar) e aproximando a linguagem do espaço. O mesmo jogo no qual os “animais se dividem” agora passa para os espaços nos quais a linguagem se divide.

As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases – aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos” (ao lado e frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis por que as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias (encontradas tão frequentemente em Borges) dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases. (FOUCAULT, 2007, XIII)

As heterotopias “provocadas” por Borges causam um certo estranhamento que coloca em questão as funções da linguagem – dar nomes às coisas, empregar sentido e referência pelo prisma da palavra. Fica evidente que essa classificação apresentada por Borges delimita algumas dimensões, ou seja, aquilo que pertence ao real e ao irreal imaginário. No entanto, essas duplas dimensões se referem a uma mesma dimensão, “os animais”. Os animais reais estão dispostos no mesmo jogo de referências que os fabulosos e imagéticos – são esses os espaços/lugares de classificações heterotópicas; já os fabulosos são os utópicos. É a linguagem que classifica esses espaços – esses “campos” discursivos – que permitem um saber específico, uma epistémê.

Borges é a provocação e o incômodo – segundo Foucault, “um mal-estar” – que dará início a uma análise que se chamará de “arqueologia do saber”, que perpassa toda a obra *As palavras e as coisas*.

Destarte, é a *epistémê* – conceito capital em *As palavras e as coisas* – que especifica o objeto de análise da arqueologia enquanto uma “arqueologia do saber”, isto é, um tipo de investigação que incide sobre a *saber* (campo de um ordenamento discursivo da experiência) e não sobre a “ciência”. Neste sentido, compreenda-se por *epistémê* o âmbito de ordenamento histórico-cultural dos discursos independentemente a quem dos possíveis critérios de cientificidade do “discurso científico” propriamente dito. Trata-se, com efeito, de investigar o solo originário a partir do qual certo campo de saber se

fez possível, o *a priori* histórico do pensável e do enunciável para uma época (YAZBECK, 2015, p. 69).

Ao mesmo tempo, o prefácio de *As palavras e as coisas* marca o surgimento do modo de se pensar o conceito de heterotopia, configurando uma forma e constituição que permitirá e levará para outros modos de pensar as heterotopias. No mesmo ano, em 1966, e no ano seguinte, Foucault apresenta as outras faces das heterotopias, agora com ênfase no espaço.

Nós não vivemos num espaço neutro, plano. Nós não vivemos, morremos ou amamos num espaço enquadrado, recortado, matizado, com zonas claras e escuras, diferenças de níveis, degraus de escadas, cheias, corcovas, regiões duras e outras friáveis, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem: rua, trens, metrô; regiões de transitório: café, cinema, praias, hotéis e também as regiões fechadas do repouso e do lar. Eu sonho com uma ciência que teria como objeto esses espaços diferentes, esses outros lugares, essas contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência não estudaria as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que não tem lugar. Mas ela estudaria as heterotopias, espaços absolutamente outros e forçosamente a ciência em questão se chamaria, ela se chama já “Heterotopologia”, o lugar que a sociedade reserva nessas margens, nas praias vazias que a envolvem; esses lugares são principalmente reservados aos indivíduos, cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida. Daí as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões. Precisamos acrescentar, provavelmente, os asilos, pois o ócio numa sociedade tão atarefada como a nossa, o ócio é como um desvio, aliás que é um desvio biológico quando está ligado à velhice. Ao mesmo tempo, é um desvio constante para todos os que não têm a discrição de morrer de infarto nas três semanas que se seguem ao início de sua aposentadoria<sup>2</sup>. (FOUCAULT, Par Lui-même, 2003)

Esta citação tem como referência o documentário realizado por Philippe Calderon e François Ewald, um conjunto de entrevistas e diálogos em diversos momentos e sobre diferentes obras de Foucault, descrevendo suas fases e trajetórias filosóficas. O trecho que corresponde a esse documentário se encontra nas entrevistas radiofônicas feitas por uma série chamada *Cultura Francesa*<sup>3</sup>.

Essa passagem traz a ideia de uma terceira aparição de heterotopia, uma enunciação em que Foucault aborda este tema, mas, na verdade, há apenas duas, em *As Heterotopias*, de 1966, e *Outros Espaços*, de 1967 (à parte a apresentação da heterotopia no prefácio da obra *As*

---

2. FOUCAULT, Par Lui-même. Direção: Philippe Calderon. Produção: François Ewald. Documentário: ARTE France/BFC Productions – France, 2003. <https://www.youtube.com/watch?v=Xkn31sjh4T>

3. Esta citação é um recorte referente ao áudio original da entrevista da série radiofônica *Cultura Francesa*, cujo tema era “*Utopia e Literatura*”, os trechos recortados são do texto *As heterotopias* de 7 de dezembro de 1966, o áudio original de encontra no Centre Michel Foucault – Bibliothèque de l’IMEC-Caen. Devido à dificuldade de encontrar o documentário original, fica imprecisa a questão da tradução, a comparação foi feita com o livro, FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 edições, 2013.



*palavras e as coisas*, também de 1966, que situa a heterotopia no campo discursivo – da linguagem). Entretanto, essas duas diferentes enunciações de heterotopia têm como foco somente o espaço. A primeira menção aparece no próprio texto *As Heterotopias*, utilizado para as entrevistas radiofônicas, cujo tema era *Utopia e Literatura*, em 1966; a segunda é no texto *Outros Espaços*, apresentado na conferência no Círculo de Estudos Arquitetônicos de Paris, em 1967. São duas menções diferentes, no sentido das formas de apresentação do mesmo objeto, no entanto não são díspares.

A diferença entre os textos *As Heterotopias* e *Outros Espaços* é o cunho formal da concepção de heterotopia, influenciado pela diferença entre o lugar da entrevista e o lugar da conferência. Por exemplo:

Há países sem lugar e histórias sem cronologia; cidades, planetas, continentes, universos, cujos vestígios seria impossível rastrear em qualquer mapa ou qualquer céu, muito simplesmente porque não pertencem a espaço algum. Sem dúvida, essas cidades, esses continentes, esses planetas nasceram, como se costuma dizer, na cabeça dos homens, ou na verdade, no interstício de suas palavras, na espessura de suas narrativas, ou ainda no lugar sem lugar de seus sonhos, no vazio de seus corações; numa palavra, é o doce gosto das utopias. (FOUCAULT, 2013, p. 19)

O trecho de *As Heterotopias* apresenta um Foucault mais próximo da literatura; em contrapartida, *Outros Espaços* possui uma característica mais formal e técnica em sua abordagem:

A grande mania que obcecou o século XIX foi, como se sabe, a história: temas do desenvolvimento e da estagnação, temas da crise e do ciclo, temas da acumulação do passado, grande sobre carga de mortos, resfriamento ameaçador do mundo. É no segundo princípio da termodinâmica que o século XIX encontrou o essencial dos seus recursos mitológicos. A época atual seria talvez de preferência a época do espaço. (FOUCAULT, 2009, p. 411)

Ambas as abordagens iniciais dos textos mostram entre si uma grande diferença, o que torna interessante a pergunta: Foucault amadureceu e fixou mais ainda a ideia de heterotopia, como ele mesmo desejou como uma ciência, a heterotopologia?

É o sonho de Foucault que impulsiona novas perspectivas sobre os espaços. A apresentação e a concepção de heterotopia não é algo fechado, algo “terminado”. É justamente esse anseio, essa carência, que fará com que nos aprofundemos em uma outra abordagem do tema, que leva adiante novas noções de espaço-lugares heterotópicos.

Partindo de uma evocação bachelardiana daqueles espaços que encantam os jogos infantis, como os celeiros, o fundo do jardim, a tenda de Índios ou a cama dos pais, “verdadeiras utopias localizadas”, sonhou com uma ciência que teria por objeto “estes espaços diferentes que são a contestação dos espaços onde vivemos”, “não uma ciência das utopias, mas das heterotopias, ciência dos espaços absolutamente outros. Esta ciência ou heterotopologia que está em vias de nascer, que já existe” e cujos princípios ele a enunciara naquele dia. (DEFERT, 2013, p. 35)

Com um recorte teórico mais específico, a proposta é analisar as heterotopias nas perspectivas do texto *Outros Espaços*, justamente por ser um texto formal – não que o texto *As Heterotopias* não tenha um peso equivalente, mas vale frisar a ambição e o anseio de alcançar um resultado por parte de Foucault, que se apresentou num local repleto de “especialistas” na temática da conferência. O texto de 1967 é, de algum modo, uma condensação e aprimoramento das primeiras abordagens, ou seja, carrega traços do prefácio de *As palavras e as coisas* e a entrevista sobre *Utopia e Literatura*, ambas de 1966.

De antemão, podemos fazer uma “provocação” ao afirmar que a carga depositada por Foucault sobre a temática do espaço seja justamente porque o “tempo” não responde seus problemas, mas sim o espaço. A compreensão do tempo se dá pelo espaço e o espaço classifica uma temporalidade na história. Esses espaços que compõem o tempo são os “campos epistemológicos” e “áreas de saberes”:

Não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer; o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a epistémê onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma “arqueologia”. (FOUCAULT, 2007, XVIII-XIX)

O espaço é um tema cujo valor é de extrema relevância. Em *Outros Espaços*, Foucault passa por uma problematização no que tange à definição de espaço ao longo da história, e afirma que o século XX é marcado pelo espaço e não mais pelo tempo: “A época atual seria talvez de preferência a época do espaço” (FOUCAULT, 2009, p. 411).

Estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama. (FOUCAULT, 2009, p. 411)

Para Foucault, a grande obsessão do século XIX era o tempo, e talvez a do século XX seja o espaço, com a simultaneidade e a justaposição, o próximo e o distante, o contíguo e o disperso. Na experiência ocidental, o espaço tem uma história, e seria necessário reconhecer o entrecruzamento do espaço e tempo. O espaço na Idade Média é constituído por um conjunto hierarquizado de lugares: sagrados e profanos, protegidos e abertos, urbanos e rurais – uma relação dualista/binária do espaço. Há também lugares terrestres, celestes, supra-celestes. Tal entrecruzamento hierarquizado de espaços poderia ser chamado de espaço de *localização*.

Foucault faz uma análise da definição de espaço de Galileu, concebido como infinito e infinitamente aberto, ou seja, o espaço medieval é dissolvido, a *extensão* substitui a *localização*. Na atualidade, a *posição* substituiria a *extensão*, onde o posicionamento é definido pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos. Foucault diz: “Estamos em uma época onde o espaço se apresenta sob a forma de relações de posicionamento” (FOUCAULT, 2009, p. 413).

O filósofo referencia Gaston Bachelard e também “as descrições dos fenomenólogos” que, por sua vez, nos ensinam que não vivemos em um espaço “homogêneo e vazio”, mas, pelo contrário, vivemos em espaços repletos de “qualidades” – heterogêneos, portanto. A única obra de Bachelard que se refere à temática do espaço é *A Poética do Espaço*, de 1957. Um dos espaços aos quais ele se refere é a casa:

Para um estudo fenomenológico dos valores de intimidade do espaço interior, a casa é, evidentemente, um ser privilegiado; isso, é claro, desde que a consideremos ao mesmo tempo em sua unidade e em sua complexidade, tentando integrar todos os seus valores particulares num valor fundamental. A casa nos fornecerá simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens. Em ambos os casos, provaremos que a imaginação aumenta os valores da realidade. (BACHELARD, 1993, p. 23)

As análises fenomenológicas de Bachelard apresentadas em *A Poética do Espaço* referem-se ao espaço interior (dentro); Foucault sugere a falar do espaço exterior (fora). Aparentemente, pode-se compreender como ideias distintas às de Bachelard.

O espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo. Dito de outra forma, não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual se poderiam situar os indivíduos e as coisas. Não vivemos no interior de um vazio que se encheria de cores com diferentes reflexos, vivemos no interior de um conjunto de relações que definem posicionamentos irreduzíveis uns aos outros e absolutamente impossíveis de ser sobrepostos. (FOUCAULT, 2009, p. 414)

Foucault diz qual é o tipo de posicionamento, ou, pode-se dizer, do espaço heterotópico, em uma abordagem direta do conceito heterotopia, sobre o qual ele gostaria de falar – o espaço de fora –, e como ele se estabelece.

Mas o que me interessa são, entre todos esses posicionamentos, alguns dentre eles que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de um tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou pensadas. (FOUCAULT, 2009, p. 414)

Esses espaços ocorrem de dois modos e tipos: as utopias, lugares essencialmente irreais, sem lugar real, que mantêm com a sociedade uma relação de analogia direta ou inversa; e os lugares reais e localizáveis, embora fora de todos os lugares, espécie de “utopias efetivamente realizadas”. Essas duas contra-posições, relações entre o real e não-real, lugar e não-lugar, são constituídas na própria instituição da sociedade e representadas em todas as sociedades.

Há, inicialmente, as utopias. As utopias são os posicionamentos sem lugar real. São posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais. (FOUCAULT, 2009, p. 414-415)

Ao contrário de utopia, Foucault nomeia este espaço de heterotopia. Somente neste momento do texto/conferência que o conceito é mencionado, depois de uma problematização e construção do raciocínio, formando novas concepções e percepções de espaço que não coincidem com os espaços de *localização* medievais, com os espaços da *extensão* infinita da geometria inaugurada por Galileu, com os espaços usuais da vida cotidiana ou com os espaços fictícios das utopias e distopias. Aqui surge o conceito para denominar algo novo, algo que talvez sempre houvesse existido, mas que nunca havia sido abordado. O surgimento desta nova percepção, que visa a mudar ou repensar o que é lugar e o que é espaço possibilita mudanças na área da arquitetura – esta conferência estava ligada ao Círculo de Estudos Arquitetônicos de Paris, onde até então este tipo de reflexão era inexistente.

Um exemplo destas contra-posições, denominadas de heterotopia, construídas e ao mesmo tempo repletas de ambiguidade do real em relação ao não real, em qualquer ambiente que haja essa abertura, é o espelho:

O espelho, afinal, é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo lá onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe, lá onde não estou, uma espécie de sombra que

me dá a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite me olhar lá onde estou ausente: utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e que tem, no lugar que ocupo, uma espécie de efeito retroativo; é a partir do espelho que me descubro ausente no lugar em que estou porque eu me vejo lá longe. A partir desse olhar que de qualquer forma se dirige para mim, do fundo desse espaço virtual que está do outro lado do espelho, eu retorno a mim e começo a dirigir meus olhos para mim mesmo e a me constituir ali onde estou; o espelho funciona como uma heterotopia no sentido em que ele torna esse lugar que ocupo, no momento em que me olho no espelho, ao mesmo tempo absolutamente real, em relação com todo o espaço que o envolve, e absolutamente irreal, já que ela é obrigada, para ser percebida, a passar por aquele ponto virtual que está lá longe. (FOUCAULT, 2009, p. 415)

Neste sentido, nota-se que o espelho é a representação de um espaço tal qual sua imagem ao se distorcer, formando um “outro”; refere-se a uma imagem não real, artificial e virtual. “O espelho é um fazer-se descobrir e apresentar ausente no lugar onde ocupo, é uma abertura para fora do lugar onde me localizo.” Ao mesmo tempo, pode-se compreender a analogia (ou até mesmo metáfora) da heterotopia do espelho como uma forma de “experiência empírica” daquilo que Foucault estava tentando apresentar como utopia, e, de algum modo, dizer como vivenciar e experimentar esse “não-lugar” que no espelho se mostra, juntamente com o lugar que se ocupa. Pode-se também compreender de outro modo: o espelho em alguma medida nos agride “subjetivamente”, ou melhor, nos afeta, pois o espelho propõe ver-se (olhar-se) fora do espaço que eu ocupo. Já que os espaços heterotópicos são esses lugares que nos lançam para fora de nós mesmos, como é se ver onde não estou?

Os estabelecimentos e aspectos das heterotopias são constituídos como que “contra-espços” ou “contra-posicionamentos” em relação de oposição aos lugares-espços dados como naturais – ou melhor, espços naturalizados, por exemplo o espço “da casa, do quarto e do leito”. Podemos compreender que os contra-espços são espços de transgressão. De certo modo, as heterotopias transgridem e subvertem os lugares tomados como “compreendidos” na sociedade, ou seja, se contrapõem aos espços tidos como sacralizados.

Os espços heterotopológicos possuem uma característica específica: se apresentam como e explicitam experiências estranhas, mistas, diferentes, múltiplas, como são descritas na analogia do espelho. As heterotopias são também utopias; o heterotópico justapõe o utópico – o real e o irreal, o lugar e o não-lugar se mesclam nos limites desses espços. Curiosamente, é um deslumbre o uso que Foucault faz do termo heterotopia, do seu sentido primeiro, sendo originalmente um termo médico e biológico usado em 1920. Na medicina o termo heterotopia

é empregado nos seguintes sentidos, uma posição diferente do normal e localização anormal de tecido e órgãos. Foucault desloca o termo da biologia para um uso geográfico e topológico.

## 1.2. PRINCÍPIOS HETEROTÓPICOS

Foucault formula seis princípios nos quais se dá a relação destas contra-posições de forma sistemática. Obtém-se assim uma nova visão, uma nova perspectiva desses espaços.

1 – Crise e desvio: O primeiro princípio seria que não há cultura que não crie suas heterotopias. As heterotopias seriam uma constante em todos os grupos humanos, embora suas formas pudessem ser muito variadas, e dificilmente poderíamos encontrar uma forma de heterotopia absolutamente universal. Pode-se, entretanto, classificá-las em dois grandes tipos: nas sociedades ditas primitivas, as heterotopias de crise, com lugares privilegiados ou sagrados reservados aos indivíduos que se encontram em uma situação de crise em relação à sociedade. Embora essas heterotopias tenham desaparecido, delas teriam restado alguns traços, como o serviço militar para os jovens e a viagem de núpcias. As heterotopias de desvio, que substituem hoje as heterotopias de crise, são aquelas onde são colocados os indivíduos com comportamento desviante em relação à média ou à norma exigida: as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões, os asilos para idosos. Estes últimos estão no limite entre as heterotopias de crise e as heterotopias de desvio, pois a velhice é ao mesmo tempo uma crise e um desvio em relação à norma.

2 – Mutação e função: O segundo princípio é que uma sociedade, no curso de sua história, faz funcionar de modos muito diferentes um mesmo tipo de heterotopia que existe e que não deixou de existir. Foucault toma como exemplo o cemitério na cultura ocidental, que passou por várias modificações, entre elas as mudanças de lugar e de definição (função). O cemitério sempre existiu, normalmente encontrado no centro da cidade ou ao lado da igreja, formando hierarquias de sepulturas, e nos fundos das casas. O cemitério tinha uma função religiosa e sagrada, pois sempre se acreditou na ressurreição e imortalidade da alma. Neste caso, a sepultura era a morada deste corpo que reinava os céus. Houve, no entanto, uma grande mutação no século XVIII, devido ao fato de a sociedade ter se tornado “secular” e à crença de que a propagação e contágio de certas doenças estariam ligados aos mortos. Neste sentido, o cemitério passa por uma mutação de espaço – agora ele se encontra na margem da cidade, com uma outra definição (função). Podemos dizer que houve um processo de higienização em relação ao cemitério.

3 – Justaposição: O terceiro princípio é o de que as heterotopias têm o poder de justapor em um mesmo lugar real múltiplos espaços, múltiplos posicionamentos incompatíveis entre si, a exemplo do teatro e do cinema. Ambos apresentam um lugar delimitado onde tudo acontece – para o teatro a chamada caixa preta (palco), no cinema a tela em movimento. Esta relação implica em um espaço fechado e circunscrito, porém com um detalhe: por mais que sejam fechados, possuem a capacidade de se apresentarem de múltiplas e variadas formas, tornando-se lugares reais e não-reais. “O teatro, que é uma heterotopia, perfaz no retângulo da cena toda uma série de lugares estranhos” (FOUCAULT, 2013, p. 24). Há também o jardim, com origem na antiguidade e no oriente, que representa uma espécie de heterotopia universal, que apresenta a mesma característica (do justapor), formando várias representações de microcosmos que podem ser encontrados em diferentes épocas e lugares, sob diferentes formas, com o mesmo significado. Isto vale para os jardins orgânicos, com plantas e flores, e também para sua transposição para os tapetes, neste caso os tapetes persas. Um jardim possui um espaço (uma medida) delimitado, cujos objetos são marcados por uma região central (seja um chafariz ou uma planta específica) e lateral. Assim como o tapete também possui sua medida em metros, com a sua devida representação de lugar, o mesmo ocorre com o cinema e o teatro. Neste sentido, pode-se colocar a seguinte pergunta: e a fotografia?

4 – Heterocronias: No quarto princípio, as heterotopias estão ligadas a recortes temporais que, por simetria, podem ser chamados de heterocronias. O tempo nas heterotopias encontra-se em ruptura com o tempo tradicional. O exemplo é mais uma vez o cemitério, que começa com a heterocronia que é, para o indivíduo, a perda da vida e a abertura para a eternidade, sendo a sepultura e a lápide formalizadas em um espaço eterno. Mas também há heterotopias de acumulação de tempo, representadas pelos museus e bibliotecas, onde o tempo não cessa de se acumular e empilhar. Há ainda heterotopias nas quais o tempo se apresenta em seus aspectos mais fúteis, passageiros e precários, no modo da festa: as feiras, os mercados nas bordas das cidades, e também as cidades para as férias.

5 – Abertura e fechamento: O quinto princípio propõe que as heterotopias possuem um sistema de abertura e de fechamento que ao mesmo tempo as isola e lhes permite a entrada e introdução. Não se pode nelas entrar sem um certo tipo de permissão e sem se submeter a certos procedimentos. Como exemplo, há os lugares onde acontecem atividades de purificação – semi-religiosas, como os banhos islâmicos, ou semi-higiênicas, como as saunas escandinavas. Há heterotopias que ao mesmo tempo incluem e excluem, como os cômodos destinados a visitantes

em grandes fazendas brasileiras, localizados no limite externo das casas: ao mesmo tempo em que acolhiam o visitante, impediam seu acesso à vida familiar no interior da casa.

6 – Ilusão e compensação: O sexto e último princípio cumpre uma finalidade específica em relação a estes espaços, que se estende entre pólos extremos. Os espaços de ilusão contestam todo o espaço real, as tramas onde a vida humana acontece. Um exemplo seria os antigos bordéis. Ao contrário dos espaços de ilusão, os espaços de compensação são espaços reais, meticulosamente organizados, perfeitos, que colocam em evidência o restante dos espaços como mal organizados e desordenados. Como exemplos principais das heterotopias de compensação, há as colônias puritanas fundadas na América do Norte e as colônias jesuítas na América do Sul, onde a vida cotidiana dos indivíduos era regulada pelo toque dos sinos.

O barco é um pedaço de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si mesmo, que é fechado em si mesmo e ao mesmo tempo lançado ao infinito do mar e que, de porto em porto, de escapada em escapada para a terra, de bordel a bordel, chegue até as colônias para procurar o que elas encerram de mais precioso em seus jardins [...] (FOUCAULT, 2009, p. 421)

Por fim, Foucault diz que, quase que no mesmo sentido da analogia do espelho, o navio é “um lugar sem lugar”, uma heterotopia por definição. “O navio é a heterotopia por excelência”. (FOUCAULT, 2009, p. 422).

Justapondo a narrativa feita pelo navio à imensidão do mar, jogando com esses espaços duplos – mar e navio, terra e água –, pode-se questionar, no contexto da *História da Loucura*, um rito renascentista chamado de Nau dos Loucos, no qual os “loucos” ou indivíduos pertencentes à desrazão são colocados em um navio e atirados ao mar.

Mas de todas essas naves romanescas ou satíricas, a *Narrenschiff* é a única que teve existência real, pois eles existiram, esses barcos que levavam sua carga insana de uma cidade para outra. Os loucos tinham então uma existência facilmente errante. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos. Esse costume era frequente particularmente na Alemanha: em Nuremberg, durante a primeira metade do século XV, registrou-se a presença de 62 loucos, 31 dos quais foram escorraçados. Nos cinquenta anos que se seguiram, têm-se vestígios ainda de 21 partidas obrigatórias, tratando-se aqui apenas de loucos detidos pelas autoridades municipais. (FOUCAULT, 2012, p. 9)

Podemos considerar que o louco seja esse sujeito que escapa da normalidade. Vale lembrar das heterotopias de desvio: “aquela na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida”. (FOUCAULT, 2009, p. 416).



Não são as prisões e nem as clínicas psiquiátricas, mas sim o navio que faz o seu papel de exclusão (desvio). Fica aqui um nó, várias perguntas e questões: que tipo de heterotopia seria essa dos loucos? O que da Nau dos Loucos nos lança para fora de nós mesmos enquanto uma heterotopia?

### 1.3 CONTEXTO E RECEPÇÕES:

De antemão, não se pode medir ao certo as recepções precisas das heterotopias. Nos seguimentos acerca das heterotopias e seu cunho conceitual, não há modos unívocos, mas sim formas variadas sobre suas interpretações. As heterotopias têm como característica uma estrutura que compete ao olhar daquele as leem, exigindo leituras possíveis.

Um ponto de partida das possíveis recepções e desdobramentos são as considerações feitas por Daniel Defert em um posfácio da obra *O corpo utópico, as heterotopias* de Foucault, em 2013, cujas referências são as entrevistas radiofônicas sobre o tema “Utopia e Literatura”, de 1966. Com o título *Heterotopia: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles*<sup>4</sup>, o texto de Defert parte de uma leitura atenta, contextualizada e sensível, e situa todo o campo imaginário de Foucault em uma noção de espaço-lugar até então inusitada.

No dia 14 de março de 1967, o *Círculo de estudos arquiteturais* de Paris convidara Foucault a pronunciar uma conferência sobre o espaço para o qual ele propôs uma analítica nova, que batizou de “heterotopologia”. O texto desta conferência teve circulação restrita, reservada aos membros daquele círculo, em forma datilografada, com exceção de extrato publicado em francês, em 1968, na revista italiana *L'Architettura*, até sua publicação em Berlim, no outono de 1984, no quadro da exposição *Idée, processus, résultats*, no Martin-Gropius-Bau. (DEFERT, 2013, p 33)

As escolas italianas e alemãs de arquitetura estavam cientes desta conferência de 1967. A *Internationale Bauausstellung* (IBA) propôs 17 manifestos na apresentação em Martin-Gropius-Baus, museu localizado em Berlim, com a finalidade de pensar na reconstrução e renovação da cidade-capital Berlim. Um dos manifestos era o texto *Outros Espaços* apresentado em Paris. Em 25 de junho de 1984, antes de sua morte, Foucault autoriza a publicação integral do texto, inserido junto a outros escritos autorizados neste mesmo ano. “Desde então, o texto foi abundantemente traduzido e comentado”. (DEFERT, 2013, p. 34). Edward Soja (1940-2015), geógrafo e urbanista norte-americano que lecionava na Universidade da Califórnia em

---

4. O posfácio se encontra na obra FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.

Los Angeles, promovia estudos sobre heterotopia e reconhecia a sua importância nas novas espacialidades.

Na emissão radiofônica de 7 de dezembro de 1966, Foucault fez um uso totalmente diferente de sua noção de heterotopia. Primeiro, ela é pertinente não mais a uma análise dos discursos, mas dos espaços. Lugares tão heteróclitos como o espelho, o cemitério, a casa de tolerância ou a colônia polinésia de férias em Djerba, entram em uma categoria específica de espaço-tempo, quer este tempo seja provisório como o tempo único da defloração no espaço da viagem de núpcias, quer este tempo seja, ao contrário, cumulativo de temporalidades – atemporal – no lugar da biblioteca ou do museu. Essas unidades espaço-temporais, esses espaços-tempo têm em comum serem lugares onde estou e não estou, como o espelho ou o cemitério; ou onde sou outro como na casa de tolerância, na colônia de férias ou na festa, carnavalizações da existência ordinária. Eles ritualizam cortes, limiões, desvios e os localizam. As normas humanas não são todas universalizáveis: as da disciplinarização do trabalho e as da transfiguração pela festa não podem desenrolar-se na linearidade de um mesmo espaço ou de um mesmo tempo; é preciso uma forte ritualização das rupturas, dos limiões, das crises. Estes contraespaços, porém, são interpenetrados por todos os outros espaços que eles contestam: o espelho onde não estou reflete o contexto onde estou, o cemitério é planejado como a cidade, há reverberação dos espaços, uns nos outros, e, contudo, descontinuidades e rupturas. (DEFERT, 2013, p. 37)

As contribuições de Defert vão além da compreensão fiel ao sentido original. Ele amplia e acrescenta o horizonte onde as heterotopias estão localizadas, coloca peso e veracidade. Para além disso, ele também apresenta contextos, como o conjunto de arquitetos e urbanistas presentes na conferência de 1967.

O *Círculo de estudos arquiteturais* era animado, entre 1960 e 1970, por Jean Dubuisson, seu presidente, arquiteto do Museu de Artes e Tradições Populares do Bosque de Boulogne, e Ionel Schein, que indicava os conferencistas a serem convidados ao Boulevard Raspail, número 38. Era um dos raros círculos de reflexão de arquitetos sem corporativismo, no qual, nos anos cinquenta e sessenta, Ionel Schein gozava da lisonjeira reputação de agitador de ideias e de “radicalismo em arquitetura”. Foi ele, segundo Jean Dubuisson, quem convidou Foucault. As conferências eram anotadas em estenografia e depois datilografadas e entregues aos membros do *Círculo*. Pierre Riboulet – arquiteto, entre outros, do hospital Robert-Debré – conservou sua cópia. Ele se lembra das precauções oratórias do filósofo para introduzir seu propósito, a insistência sobre sua ignorância quanto às preocupações dos arquitetos. (DEFERT, 2013, p. 39)

Arquitetos importantes no contexto francês, como Pierre Riboulet, responsável pelos projetos arquitetônicos do hospital Robert-Debré, e Robert Auzelle, estavam presentes na conferência. Na saída da conferência, Auzelle, arquiteto e pensador da reconstrução da França nos anos cinquenta, entrega para Foucault suas pesquisas sobre a história da arquitetura

funerária e dos cemitérios, como forma de demonstrar entusiasmo pela relação com um dos seus princípios heterotópicos.

O espaço para Foucault tem um papel significativo em toda sua trajetória. É importante lembrar das obras que estabelecem o espaço como uma espécie de “protagonista” – *História da Loucura* (1961), *O Nascimento da Clínica* (1963) e *Vigiar e Punir* (1975), por exemplo. As noções de espaços que se apresentam nas heterotopias são, de algum modo, peculiares em relação às noções apresentadas nas obras mencionadas – mesmo que algumas delas se cruzem. Ou seja, as heterotopias possuem um outro “tratamento” perante o espaço em que nos encontramos, ou até mesmo com aqueles com os quais nos deparamos.

Defert lê de um modo interessante, propõe pensar nos espaços nos quais eu sou outro, lugares-espaços onde um “não-eu” se apresenta e se mostra. Até que ponto o lugar-espaço fala sobre nós mesmos? O espaço produz subjetividade? Que tipo de subjetividade? A subjetividade forma espaço? O espaço é um “outro” de nós? Portanto, como uma outra abertura para essa discussão, o geógrafo brasileiro Milton Santos, que dá uma definição interessante sobre o espaço, na obra *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia* (2014), na sessão *À Procura de um Objeto: O Espaço*, dentro do capítulo *A Renovação de uma Disciplina Ameaçada*:

O espaço não é nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 2014, p. 30-31)

A intenção desta obra de Santos é tentar pensar a geografia nas suas diferentes formas, reconhecendo ao mesmo tempo a dificuldade inerente de se definir fidedignamente as suas implicações atuais – a primeira edição do livro é de 1988 – para assim projetar uma “nova” geografia, além de pensar todas as implicações e cruzamentos das áreas da geografia social (humana) e física, de modo que seus eixos sejam conjuntos. Para o autor, o espaço é um dos conteúdos abordados pela geografia. Santos tende a defini-lo pensando-o nesta nova forma de

se pensar a disciplina. Podemos considerar essas definições como um traço conceitual de espaço.

O geógrafo norte-americano David Harvey, em *Espaço de Esperança* (2006), se utiliza de pensamentos de cunho marxista. Ele propõe pensar as relações do capitalismo nos processos urbanos, analisa as interferências do capital financeiro junto ao sistema imobiliário numa perspectiva econômica liberal e observa as diferenças implícitas no processo urbano das cidades e sua desigualdade social. A obra propõe uma saída desta lógica econômica (que produz desigualdade) e pensa em novos lugares de resistência frente ao sistema capitalista. Não vem ao caso, porém, avaliar esses processos e como eles são estabelecidos. Na parte 3, *O movimento utópico*, tópico 8, *Os espaços de utopia*, há uma boa passagem sobre os espaços urbanos (a cidade), próximo de uma produção de alteridade. Harvey diz:

A associação entre vida citadina e as liberdades pessoais, incluindo a de explorar, inventar, criar e definir novos modos de vida, tem uma longa e intrincada história. Gerações de migrantes têm buscado a cidade como um porto seguro contra as repressões rurais. No âmbito dessa formulação, entrelaçam perfeitamente “cidade” e “cidadão”. Mas a cidade é também lugar de ansiedade e de anomia. É o lugar do estranho anônimo, da subclasse (ou, como preferiam nossos predecessores, das “classes perigosas”), espaço de uma incompreensível “alteridade” (imigrantes, *gays*, pessoas mentalmente perturbadas, pessoas diferentes em termos culturais, os que trazem uma dada marca racial), o terreno da poluição (tanto física como moral) e de terríveis corrupções, o lugar dos condenados que precisam ser encerrados e controlados, o que torna “cidade” e “cidadão” politicamente opostos na imaginação pública na medida mesma de sua ligação etimológica. (HARVEY, 2006, p. 208-209)

Harvey aponta uma aresta possível. Essas alteridades são irredutíveis em relação ao espaço da cidade, que produz lugares que jogam com os sujeitos que estão de forma irredutível no espaço em que elas se estabelecem e se relacionam. A cidade é um lugar de polaridades de alteridades. A alteridade que se subentende nas colocações de Harvey é constituída por sujeitos (subjetividades) que estão de algum modo fora de uma norma vigente.

A ideia não é obter respostas para essas questões sobre o espaço, sobre o que ele diz de nós ou o que ele é, que, tanto na parte subjetiva quanto metodológica, ainda ficam em aberto. A provocação é mostrar que o espaço pode ser muitas coisas, pode ter muitas outras noções e perspectivas. Para Milton Santos, é um objeto difícil ser “definido”, no entanto indissociável das relações naturais e sociais; já Harvey vê o espaço urbano da cidade como produção social, logo, de alteridades possíveis. As heterotopias tornam-se importante nesses aspectos justamente por tocarem nesses pontos, mesmo sendo tênues.

Em *Espaço de Esperança* (2006), capítulo 9, *Utopismo dialético*, Harvey menciona o conceito de heterotopia de Foucault:

Em *As palavras e as coisas*, a “heterotopia” é examinada apenas em relação ao discurso e à linguagem. Mais tarde, Foucault empenhou-se em conferir ao termo um referente material. Numa palestra proferida em 1967, tentando entabular um diálogo com arquitetos e teóricos da forma espacial, Foucault (1986) recorreu mais uma vez ao conceito de “heterotopia”. A palestra nunca foi revisada para publicação (embora ele tenha autorizado sua publicação pouco antes de falecer, em 1984). Extraída por acólitos como uma gema oculta no interior de sua extensa *oeuvre*, a palestra veio a ser um recurso (de particular importância no interior do cânon do pós-modernismo) mediante o qual foi possível ressuscitar o problema de Utopia e, ao mesmo tempo, fugir a ele. O tema da “fuga” percorre a base do ensaio de Foucault. (“O navio é a heterotopia por excelência”, escreveu ele. “Nas civilizações sem navios, os sonhos murcham, a espionagem substitui a aventura e a polícia toma o lugar dos piratas” [1986, p. 27].) O conceito permite a Foucault fugir do “não-lugar” que é uma “plácida” utopia (tema que animou boa parte do movimento de 1968 na França) e vir à terra em lugares particulares de práticas reais. Mas ele o emprega igualmente para fugir ao mundo de normas e estruturas que aprisionam a imaginação humana (inclusive, incidentalmente, o próprio anti-humanismo de Foucault) e, por meio de um estudo da história do espaço e de uma compreensão de sua heterogeneidade, identifica espaços nos quais a diferença, a alteridade e “o outro” podem florescer ou (como no caso dos arquitetos) ser concretamente construídos. (HARVEY, 2006, p. 241)

Harvey faz uma leitura crítica em relação às heterotopias. O geógrafo apresenta algumas asserções turvas do próprio conceito e sobre a finalidade de Foucault com essa concepção “nova” de espaço. As heterotopias são “fugas” das utopias? Seria a proposta de Foucault fugir dos não-lugares? É o que se faz compreender com essas colocações.

Resumidamente, o horizonte desta parte da obra de Harvey é o entendimento dos processos utópicos que implicam diretamente na lógica capitalista nos processos urbanos da cidade. Seu estudo é totalmente aplicado em Baltimore, Maryland, nos Estados Unidos, de 1966 a 1988, e analisa os problemas que surgiram neste curto período de tempo, os números de casas vazias e abandonadas, a concentração de pessoas sem moradia mesmo com casas abandonadas, taxas de desemprego, índice de pobreza, enfim, a desigualdade social de Baltimore no geral. Harvey vê as utopias sucumbidas e criadas pelos sistemas financeiro e imobiliário, e as localiza de forma topográfica em sua obra, mostrando todas as suas interferências no processo urbano da cidade como um todo, inclusive em seu espaço físico. As utopias são alternativas criadas. Neste sentido, há coerência em pensar as heterotopias como algo alternativo sugestivo à fuga, como uma forma de saída. Não é caso de Foucault.

Infelizmente, o conceito de heterotopia não tem condições de escapar facilmente ao fardo que recai sobre as utopias de modo mais geral (talvez por esse motivo Foucault tenha se recusado a desenvolvê-lo, chegando mesmo a renegá-lo em *Vigiar e punir*). Esse conceito presume que os vínculos com a ordem social dominante são ou podem ser cortados, atenuados, ou, como no caso das prisões, totalmente invertido. O pressuposto é o de que o poder/conhecimento é ou pode ser disperso e fragmentado em espaço de diferença. Presume que tudo o que acontece nos espaços de “Outridade” é interessante e de certo modo “aceitável” ou “apropriado”. O cemitério e o campo de concentração, os presídios, os “palácios de compras” e as Disneylândias, Jonestown, os campos de treinamento de milícias, o escritório “aberto”, New Harmony, as “privatopias” e as “ecotopias” sejam, todos eles, sede de maneiras alternativas de fazer as coisas e, portanto, em algum sentido, “heterotópicos”. O que se mostra à primeira vista tão aberto em virtude de sua multiplicidade se afigura de súbito banal (uma eclética mistura de espaços heterogêneos em que alguma coisa “diferente” – como quer que definamos “diferente” – pode ocorrer) ou uma fragmentação mais sinistra de espaços fechados, excludentes e mesmo ameaçadores no âmbito de uma dialética mais abrangente de transformação geográfica e histórica. O conceito de “heterotopia” tem a virtude de insistir numa melhor compreensão de heterogeneidade do espaço, mas não oferece pistas sobre que aparência poderia ter um utopismo mais espaço-temporal. Foucault contesta e ajuda a desestabilizar (um particular no domínio do discurso), porém não oferece indícios acerca de como seria possível construir alguma espécie de alternativa. (HARVEY, 2006, p. 242-243)

As colocações de Harvey acarretam vários problemas se comparadas textualmente às de Foucault. No entanto, a questão não é contrapor os argumentos, criticar Harvey pela sua leitura, mas realocar a questão de que as heterotopias não criam “utopias” no sentido clássico – como a cidade de Thomas More. Elas, ao contrário, são espécies de testamentos de que há espaços-lugares que apresentam, de algum modo, “utopias reais” e, até então, visíveis. As heterotopias são de fato utopias experienciadas. Aliás, Foucault renega mesmo o conceito em *Vigiar e Punir*?

No posfácio de *O corpo utópico, As heterotopias*, Defert nos guia praticamente na direção de que não houve um abandono e negação do conceito. É claro que, em *Vigiar e Punir*, há uma outra configuração e noção de espaço. O espaço em Foucault, na verdade, sempre foi um modo de abordagem em todo seu percurso de pesquisa.

É a partir de *Vigiar e punir* (1975) e de sua rápida circulação internacional – traduzido rapidamente em cerca de vinte línguas – que as análises foucaultianas do espaço recebem uma visibilidade nova como lugar de uma dupla articulação do poder sobre o corpo do indivíduo e do saber ao poder. Seguem-se numerosos estudos sobre a arquitetura da vigilância, publicados na Itália e na Grã-Bretanha principalmente. De modo mais geral, sociólogos e planejadores urbanos começam a referir-se a Foucault. A. Leaman escreveu em *Environment and Planning* que a obra de Foucault é doravante importante para os urbanistas planejadores por sua análise das qualidades normativas das estruturas e das instituições. Sharon Zukin considera que a cidade está

doravante incluída nas análises de uma economia do poder segundo o método desenvolvido em *Vigiar e punir*. (DEFERT, 2013, p. 46-47)

Para a compreensão do poder disciplinar, no contexto da obra, é preciso analisar qual é o seu objeto e o seu objetivo. Foucault (2014, p. 134) escreve que na Época Clássica houve uma certa descoberta do corpo como alvo de poder, ou seja, como um objeto de “dominação” – não no sentido de uma apropriação, mas sim de uma nova forma de conceber o corpo segundo uma nova tecnologia ou técnica, cuja especificidade é dedicada a um corpo que é treinado, modelado e manipulado.

O corpo é marcado por registros de controle justamente por ser docilizado. Neste sentido, a princípio pode-se conceber que o objeto do poder disciplinar e seus dispositivos disciplinares, isto é, suas formas e meios, têm como finalidade o corpo como base e fundamento. Em um segundo momento, passam a ser um corpo dócil, têm seus aspectos funcionais de utilidade. Aqui entende-se o objetivo do poder disciplinar.

O corpo entra de forma análoga no nível da mecânica, correspondente a um conjunto de movimentos e gestos, e também no nível da economia, como a junção de todos os movimentos e gestos organizados para obter uma certa eficiência. Para atingir um resultado sem perda de recursos, o corpo precisa passar por processos específicos e singulares, sendo um dos maiores sinais do poder disciplinar.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”. (FOUCAULT, 2014, p. 135)

Dentro da mecânica do poder disciplinar, um dos dispositivos fundamentais é a vigilância, o exercício minucioso dos jogos de olhares, capaz de gerar uma força bastante efetiva justamente por ser aquele olhar que vê sem ser visto, aquele que está acima de todos os outros. Essa dinâmica forma um novo saber do homem. “Uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo do homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo”. (FOUCAULT, 2014, p. 168).

Não é possível conceber o poder disciplinar sem pensar na perspectiva do espaço, um núcleo muito importante do qual não se pode desvencilhar, uma vez que é através dele que o

poder disciplinar se exerce com tanta exatidão. Cabe aqui pensar como este domínio do espaço foi constituído e como a disciplina nele opera. A arquitetura panóptica é uma potencialidade para esse poder justamente por gerar mais efeitos pelo atributo da vigilância constante. “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”. (FOUCAULT, 2014, p. 195).

Em sua potencialidade, a máquina panóptica apresenta uma característica fundamental, da ordem das “experiências”, ou seja, sua estrutura permite modificar os comportamentos, “treinar e retreinar” conforme a finalidade; nos hospitais, experimentar remédios e medir seus efeitos; nas prisões, testar qual é a melhor forma de punição; nas escolas, estabelecer qual é a melhor prática pedagógica. Todas as experiências humanas podem ser analisadas e transformadas sejam quais forem suas finalidades.

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (FOUCAULT, 2014, p. 198)

Toda a genealogia do poder disciplinar em Foucault trata de algum modo uma forma de subjetivação do indivíduo por uma classificação específica. De forma ampla, a disciplina dá direcionamento aos corpos, levando-os a lugares específicos: escola, prisão, asilos psiquiátricos, hospitais, etc.

Percebe-se que nas disciplinas se formam alteridades que não são irredutíveis tão facilmente, pois são sempre “reduzidas” para lugares referentes a seus comportamentos. O comportamento (corpo, indivíduo e subjetividade) será sempre capturado de alguma forma, e será enquadrado em uma “subjetividade especificada”.

As relações entre as heterotopias e os estudos feitos a partir de 1975 sobre a óptica de *Vigiar e Punir* começam a se aproximar. Em dezembro de 1977, em Veneza, a editora italiana Cluva publica as atas dos seminários organizados pelo IUAV (Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza), intitulado *Il dispositivo Foucault* (O dispositivo Foucault). A iniciativa foi do arquiteto George Teyssot junto aos seus colabores, Franco Rella (professor de Estética da IUAV), Manfredo Tafuri (arquiteto e urbanista) e Massimo Cacciari (filósofo e professor da



Universidade San Raffaele de Milão). Neste seminário constam os ensaios de cada um desses autores.

O uso da heterotopia feito por Teyssot de modo algum transcreve a inscrição profunda da espacialidade na totalidade da existência humana: a heterogeneidade e a descontinuidade dos tempos vividos, os limiares da vida, as crises biológicas (iniciação, puberdade, defloração), Éros e Tánatos. As espacializações da subjetividade sob todas as suas formas, da casa de tolerância à sauna, e não somente as grandes funções da carta de Atenas, receberam em todas as culturas uma inscrição específica no espaço, que entretêm entre si não uma relação de divisão como interioridade/exterioridade, margem/centro, público/privado, mas um jogo formal de diferenciação e de reverberação, em suma, no registro da comunicação. (DEFERT, 2013, p. 49)

George Teyssot estava ciente da conferência realizada no *Círculo de estudos arquiteturais* de Paris, em 1967, pois parte da conferência foi publicada em francês na revista italiana *L'Architettura*, em 1968. Com o surgimento de *Vigiar e Punir*, potencializa-se o movimento de pensar essas noções de espaços, que se tornaram importantes em Foucault. Franco Rella define o espaço foucaultiano como o “receptáculo neutro e contínuo das heterotopias do poder”. (DEFERT, 2013, p. 50).

Essa primeira recepção das “heterotopias” pela escola de arquitetura de Veneza representada por *Il dispositivo Foucault* mostra a ambiguidade da noção de recepção: não se trata de uma compreensão exata nem de um real instrumentalização, mas de uma reimplantação polissêmica e polêmica em uma rede de debates políticos, por um lado, e de um questionamento epistemológico, por outro. (DEFERT, 2013, p. 50)

Um conceito até então tomado como experimental atingiu uma proporção não esperada. *Il dispositivo Foucault* é uma das demonstrações da relação de heterotopia com as diversas faces das concepções foucaultianas sobre o espaço. Talvez o geógrafo David Harvey não tenha se atentado à proporção do conceito em sua aplicabilidade e alcance. Talvez as heterotopias não sejam exímias utopias conforme Harvey as vê. No entanto, esta não deixa de ser uma discussão que fica aberta para debates, uma das variadas recepções que as heterotopias possuem.

Maravilhosa intuição, no começo da conferência radiofônica de Foucault em 1966, daquela passagem inexistente da conferência para os arquitetos em 1967, em que o filósofo evocava como primeira figura da heterotopia a cama dos pais, que as crianças gostam de invadir com um prazer de transgressão e de sonho das origens. Não poderíamos concluir que aqui, a longa série de reinscrições do texto em múltiplas redes e estratégias, que a longa série de transformação de figura social de ser autor encontraram neste instante de sua trajetória a mais completa forma de recepção? Foucault não declarara, tantas vezes, que almejava menos leitores que *utilizadores*? (DEFERT, 2013, p. 55)

Por fim, através dos anseios de Foucault sobre as heterotopias e a expressão recolocada por Defert, o almejo de “utilizadores”, os capítulos a seguir corroboram com a ideia de dar seguimento às discussões referentes às heterotopias, buscando novas chaves interpretativas e outras leituras possíveis.

## 2 CAPÍTULO 2 – SOBRE O PODER DISCIPLINAR

### 2.1. CORPO, ESPAÇO E DISCIPLINA

De imediato, para a compreensão do poder disciplinar, no contexto da obra *Vigiar e Punir* (1975), é preciso analisar qual é o seu objeto e o seu objetivo. Foucault (2014, p. 134) descreve que na Época Clássica houve uma descoberta do corpo como alvo de poder, ou seja, como um objeto de “dominação” – não no sentido de uma apropriação, mas sim de uma forma de conceber o corpo segundo uma nova tecnologia ou técnica. Uma nova forma de saber se apresenta, de modo que a sua especificidade é dedicada a um corpo que é treinado, modelado e manipulado.

O corpo é marcado por registros de controle justamente por ser docilizado. Neste sentido, a princípio pode-se conceber que o objeto do poder disciplinar e seus dispositivos disciplinares, isto é, suas formas e meios, têm como finalidade o corpo como base e fundamento. Num segundo momento, um corpo dócil tem seus aspectos funcionais de utilidade, e aqui se dá o objetivo do poder disciplinar.

O corpo entra de forma análoga no nível da mecânica, correspondente a um conjunto de movimentos e gestos, e no nível da economia, como a junção de todos movimentos e gestos organizados para uma certa eficiência. Para atingir um resultado sem perda de recurso, o corpo precisa passar por processos, “exercícios” específicos e singulares, um grande sinal do poder disciplinar.

Essa descoberta não é nova, muito menos restrita; a disciplina sempre esteve presente nas sociedades, nos exércitos, nos conventos e oficinas, por exemplo. A disciplina não é uma invenção do século XVIII, ela apenas se tornou uma constante fórmula de dominação. (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Segundo Foucault,

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”. (FOUCAULT, 2014, p. 135)

Nesta perspectiva, o poder disciplinar é um grande gerador e produtor de corpos úteis, e o termo que é capital para a compreensão do corpo em relação à disciplina é “anatomia política”. A anatomia política que se forma em relação ao corpo disciplinado, docilizado, tem

múltiplas origens e localizações, como escolas, hospitais e quartéis. Ainda assim há elementos disciplinares “semelhantes”.

Conforme coloca Edgardo Castro,

Com a disciplina, nos séculos XVII e XVIII, nasce uma arte do corpo humano que busca não apenas o acréscimo de habilidades, nem tampouco o fortalecimento da sujeição, mas a formação de um mecanismo pelo qual o corpo se torna tanto mais obediente quanto mais útil, e vice-versa [...]; Não se trata de obter corpos que façam o que deseja, mas que funcionem como se quer, com as técnicas, a rapidez e eficácia que se pretende deles. (CASTRO, 2009, p. 89)

O surgimento dessa nova arte e técnica sobre o corpo, a anatomia política, tem como meta agir nos detalhes deste corpo – ponto essencial das disciplinas, uma questão aparentemente pequena e de pouca importância, mas cujas minúcias são de grandezas estupendas –, além de analisar a disciplina de um ponto de vista positivo ou produtivo como geradora de individualidade. (CASTRO, 2009, p. 112).

Partindo do pressuposto de que o poder disciplinar é utilizado como um mediador de “controle”, já demarcando qual é o seu objeto – o corpo – e seu objetivo – a intensificação do corpo como um operador de conjuntos de atividades específicas e singulares, de modo geral –, podemos seguir adiante para compreender quais são os seus mecanismos, funções e estratégias, ou seja, sua “mecânica”. Para isso, analisaremos de forma específica os dispositivos disciplinares.

O ponto principal é trabalhar o corpo na perspectiva de uma anatomia política; a intenção é traçar a relação entre corpo e espaço. Neste sentido, Foucault descreve que “a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço.” (FOUCAULT, 2014, p.139). As técnicas utilizadas para tais distribuições operam com base em quatro princípios: a cerca, a clausura, as localizações funcionais e o intercâmbio. Estes traços caracterizam certas evidências de um dispositivo disciplinar.

Os princípios têm como semelhança a relação do corpo no sentido de uma direção e demarcação no espaço, ou seja, de um lugar, um lugar-espaço que passa a ser articulado de uma maneira extremamente analítica, limitado e delimitado. Sua constituição é elaborada de modo tal que os indivíduos são concebidos através de uma função ornamentada pela localização e pela posição.

Os indivíduos são repartidos, transformados e observados com uma economia de meios impressionante. Para que a operação seja a mais eficiente e produtiva, é necessário definir previamente a natureza dos elementos a serem utilizados; encontrar indivíduos que se adaptem à definição proposta; localizá-los no espaço ordenado; encontrar um paralelo na distribuição de funções dentro da estrutura do espaço onde operam. (DREYFUS, RABINOW, 2010, p. 204)

Por exemplo, algumas instituições utilizavam a arquitetura para que o espaço fosse útil. Dois cenários dos quais corroboram com estes “quatro princípios”: primeiro, o porto de Rochefort na França, no qual havia um hospital marítimo (militar), aparentemente um modelo bem específico de controle hospitalar, onde a circulação de homens e mercadorias era grande, o que aumenta os riscos de doenças e epidemias. No entanto, a gestão deste hospital filtrava todos esses fluxos turbulentos justamente através de uma organização espacial dividida por níveis, com muita atenção aos contágios e aos setores. O espaço hospitalar constitui uma ordem administrativa.

A cada leito é preso o nome de quem se encontra nele; todo indivíduo tratado é inscrito num registro que o médico deve consultar durante a visita; mais tarde virão o isolamento dos contagiosos, os leitos separados. Pouco a pouco um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico; tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justaposta e cuidadosamente distinta. Nasce da disciplina um espaço útil do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 2014, p. 142)

O segundo cenário são as fábricas do final do século XVIII, cuja função é individualizar e localizar os funcionários. Também por uma organização do espaço, cada indivíduo obedece a um posto específico, comprometendo-se a uma atividade também específica, ou seja, a fábrica distribui os corpos em seus devidos postos. A fábrica de Oberkampf em Jouy, por exemplo, um dos maiores edifícios industriais, construído em 1791 por ToussaintBarré, era dividida em quatro setores – impressores, encaixadores, coloristas e pinceladoras –, distribuídos em três andares, num total de 264 funcionários.

Todas essas seriações formam um quadriculado permanente: as confusões se desfazem; a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados: cada variável dessa força – rigor, rapidez, habilidade, constância – pode ser observada, portanto caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida a quem é o agente particular dela. Assim afixada de maneira perfeitamente legível a toda série dos corpos singulares, a força de trabalho pode ser analisada em unidades individuais. (FOUCAULT, 2014, p. 142-143)

Um ponto importante é que todas essas subdivisões (ou até mesmo microdivisões), obedecendo a um quadro muito específico do poder disciplinar, possibilitam uma vigilância em relação aos funcionários, justamente porque se conhecem os postos específicos de cada indivíduo, situados com a relação do corpo e o espaço determinado que ocupam. Uma outra questão que se apresenta relaciona-se às justificativas das fábricas terem uma grande estrutura em relação à extensão: a impossibilidade do contato e aglomeração de funcionários, ou seja, confusões<sup>5</sup> nos meios de produção.

A partir do exemplo desses dois cenários do final do século XVIII, nota-se que uma nova organização começa a ser exposta e formulada, estritamente vinculada à anatomia política em relação ao corpo, mas que ao mesmo tempo evidencia uma outra característica dos espaços, que nos parecem uma extensão do corpo em sua funcionalidade e utilidade. Os espaços adquiriram características complexas, e as arquiteturas começaram a projetar aspectos funcionais e hierárquicos, que Foucault chamará de “quadros”.

A constituição de “quadros” foi um dos grandes problemas da tecnologia científica, política e econômica do século XVIII; arrumar jardins de plantas e de animais, e construir ao mesmo tempo classificações racionais de seres vivos; observar, controlar, regularizar a circulação das mercadorias e da moeda e estabelecer assim um quadro econômico que possa valer como princípio de enriquecimento; inspecionar os homens, constatar sua presença e sua ausência, e constituir um registro geral e permanente das forças armadas; repartir os doentes, dividir com cuidado o espaço hospitalar e fazer uma classificação sistemática das doenças; outras tantas operações conjuntas em que os dois constituintes – distribuição e análise, controle e inteligibilidade – são solidários. (FOUCAULT, 2014, p. 145)

A disciplina, para além do corpo e do espaço, tem uma outra característica, uma espécie de “suspensão” do corpo em relação ao espaço: o tempo. O tempo é um dos aspectos fundamentais para a classificação ou categorização taxinômica do corpo. O corpo é atribuído por funções classificatórias na constituição de seus micro movimentos. Percebe-se, portanto, que o tempo é um dos meios através dos quais o poder disciplinar se faz engendrar disciplina aos micro e múltiplos movimentos do corpo, formando assim um conjunto de registros anatômicos para obtenção de efeitos específicos.

---

5. “Os edifícios para um tão belo estabelecimento e uma tão grande quantidade de operários deviam ter uma extensão suficiente, para que não houvesse confusão entre os operários durante o tempo de trabalho”. (MÉTHÉRIE, 1787 apud FOUCAULT, 2014, p. 142)

O poder disciplinar é um grande gerador de efeitos. Neste sentido, o corpo se torna um objeto que é produzido, moldado, docilizado – um produto cuja função é produzir (um efeito) uma coisa outra, seja qual for o objeto atribuído. Neste caso, o tempo é um auxílio para este efeito, ou seja, tem-se o horário como “herança”. Foucault afirma que o horário possui como forma três processos: estabelecer cesuras, obrigar a ocupações determinadas e regulamentar os ciclos de repetição. Estes traços foram encontrados nos colégios, nas oficinas e nos hospitais.

O poder disciplinar em relação ao tempo (horário) como um dispositivo disciplinar modificou, aprimorou e ramificou estes três primeiros traços e princípios de modo mais invasivo e minucioso, isto é, controlador – um controle que compromete todo o ato (movimento) do corpo.

Segundo Foucault,

O ato é decomposto em seus elementos; é definida a posição do corpo, dos membros, das articulações; para cada movimento é determinada uma direção, uma amplitude, uma duração; é prescrita sua ordem de sucessão. O tempo penetra do corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder. (2014, p. 149)

O corpo é um operador de gestos correlacionados, calculados, de modo que, seguindo uma postura correta em conjunto ao movimento empregado, este corpo obterá maior número de eficácia. “Um corpo bem-disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador.” (FOUCAULT, 2014, p. 149).

Para além dos gestos do corpo, pode-se pensar também na relação que este possui com os objetos, por exemplo a caligrafia. De fato, há um conjunto de movimentos precisos e gestos correlacionados expressados no corpo, mas há também a posição da cadeira, da mesa, do pote de tinta e o jeito de se portar o pincel – tanto os objetos posicionados no espaço quanto os objetos ligados e manipulados pelo corpo. O mesmo vale para os militares ao portar uma arma: como um objeto, a arma faz parte da extensão do corpo do soldado.

É necessário um sistema de mando e sinais que dirija os corpos a um lugar adequado, que os envolva no exercício pertinente e que indique o próximo movimento a realizar. Um conjunto de procedimentos e tecnologias que, em montagem disciplinar, contribui para construir um novo monstro: o indivíduo. (TARRES, MARTÍNEZ, MANSANO, 2016, p. 219)

Esses pequenos códigos que passam a operar no corpo têm uma finalidade intrínseca no poder disciplinar, de modo que o corpo e seus movimentos são de ordem analítica e orgânica. Não se trata de uma simples criação artificial, mas sim daquilo que Foucault chama de anatomia política, que remete à ideia de economia do corpo, justamente por trabalhar por um conjunto de registros que perpassam uma classificação estrita dos momentos, em sua maior utilidade e eficiência.

Nesta perspectiva, o movimento do corpo constitui uma relação com a perfeição e exatidão, e é neste ponto que o poder disciplinar tem seus aspectos mais positivos. “O corpo, tornando-se alvo dos novos mecanismos de poder, oferece-se a novas formas de saber.” (FOUCAULT, 2014, p. 152). Ou seja, o alvo é um corpo dócil, um corpo (indivíduo) disciplinado, hábil, ágil, mesmo nas pequenas partes, nos mínimos gestos (movimentos) e operações possíveis.

A disciplina circunscreve o corpo segundo o aspecto da individualidade e da subjetividade, ao mesmo tempo em que o caracteriza em relação aos outros, formando grupos, conjuntos, que se relacionam um com o outro de modo comparativo. Neste sentido, o corpo é dividido por gêneses, ou seja, por classes; ele é constituído numa mecânica que é “medida” por diferentes níveis, tendo como premissa a potencialidade deste “corpo”, remetendo a características evolutivas com bases em aprimoramentos.

O dispositivo disciplinar possui como funções a fragmentação do tempo, a divisão e segmentação do corpo, separando-o por níveis. Um dos exemplos é da ordem dos espaços, a separação segundo a formação deste corpo. Vale lembrar das organizações escolares, nas quais a administração do espaço fragmentava os níveis de aprendizagem dos alunos, sendo a disciplina o princípio pedagógico. Há também as condecorações dos regimes militares, que distinguiam os militares por suas honrarias, caracterizando suas “posições” em relação a outros pertencentes ao mesmo conjunto. Isto infere na integração deste corpo em um determinado espaço no qual somente esses elementos o legitimam.

Segundo Foucault,

O ponto em apreço é o “exercício”, a técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas. Dirigindo o comportamento para um estado terminal, o exercício permite uma perpétua caracterização do indivíduo, seja em relação a um tipo de percurso. Assim, realiza, na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação. (FOUCAULT, 2014, p. 158)



Outra forma de conceber a disciplina é enquanto prática pedagógica, seguindo a ideia de exercício. O corpo que se forma nesse horizonte tem como fundamento a correção como parte relativamente positiva, além da impossibilidade do desvio como uma parte negativa. As práticas disciplinares são de índole de direcionamento progressivo das atividades sobre o corpo, quase que linear, formando um conjunto de saberes que classifica e organiza o corpo.

Para compreendermos como cada corpo se constitui e se compõe em determinadas funções disciplinares, tomemos como exemplo o problema tático das infantarias do final do século XVII e início do século XVIII. Neste período, as armas utilizadas eram os mosquetes e lanças, ambos conectados ao corpo do soldado. Essa composição, porém, era lenta, uma vez que o alvo se torna previsível devido ao uso do mosquete. Ao mesmo tempo, a tática era, de alguma forma, juntar e compor os corpos dos soldados em partes. “No centro, encarregados de fazer peso e volume, de dar densidade ao corpo, os mais novatos; na frente, nos ângulos ou pelos lados, os soldados mais corajosos ou reputados os mais hábeis.” (FOUCAULT, 2014, p. 160).

Nota-se que a infantaria forma um corpo só (único), um corpo-unidade, formada por suas forças e níveis, ao mesmo tempo ligada ao corpo individual do soldado. A tática de pensar uma infantaria como unidade, batalhão e divisão, cada indivíduo (soldado) ou cada corpo com um papel significante, de modo que essas formações e composições extraíam os aspectos mais individuais deste grande corpo, foi utilizada por muito tempo.

Com o surgimento dos fuzis, configura-se uma outra forma de composição: por um lado tinha-se o mosquete e lanças – ambos lentos, configurando uma tática até então ineficiente, com formato de muralhas (os soldados eram utilizados como linhas de formação); com os fuzis, o soldado (corpo) possui outra configuração, outra característica para uma unidade e divisão, uma vez que é mais preciso. “Mais rápido que o mosquete, valorizava a habilidade do soldado; mais capaz de atingir um alvo determinado, permitia explorar a potência de fogo em nível individual.” (FOUCAULT, 2014, p. 160).

A infantaria obtém uma outra conotação, a do nível individual, mudando assim as táticas de formação (posição) dos soldados. Agora não se trata de muralhas e sim estratégias matizadas com a qualificação individual de cada soldado. Com as transformações dessas técnicas ou táticas, nota-se que cada corpo possui uma força específica e singular, que, combinada com todas em uma só composição, adquire uma força mais precisa e eficaz. Outras formas de configuração se apresentam, a exemplo dos cálculos das linhas e posições do soldado,

cuja fórmula é a de que o efeito produzido tem que ser maior que a soma de cada elemento. Este exemplo fica mais claro quando pensamos na divisão do trabalho industrial, ou seja, na mecânica do trabalho como um todo.

Foucault chama atenção às questões das infantarias militares, que, no início do século XVII, falam em uma “correta disciplina”, ou seja, uma forma bem específica de disciplinaridade, no sentido de uma arte do bom “adestramento”. O poder disciplinar tem como função adestrar os corpos. Aqui, vale lembrar das colocações anteriores: a disciplina propõe domesticar e docilizar os corpos. A arte do bom adestramento tem como característica extrair o melhor efeito possível, multiplicando-o e aplicando-o num todo. “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumento de seu exercício.” (FOUCAULT, 2014, p. 167).

Para que haja sucesso no poder disciplinar, é preciso ligar a combinação daquilo que Foucault chama de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. Estes instrumentos têm que partir da ideia da permanência e continuidade em execução e atividade.

Em toda a mecânica do poder disciplinar, um dos dispositivos mais fundamentais é a vigilância, o exercício dos jogos de olhares minuciosos capazes de gerar uma força bastante efetiva por ser aquele olhar que vê sem ser visto, aquele que está acima de todos os outros; essa dinâmica forma um novo saber do homem. “Uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo do homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo.” (FOUCAULT, 2014, p. 168).

O principal exemplo destas posições de olhares, inclusive o mais importante para a análise do poder disciplinar, trata dos acampamentos militares do século XVIII. Foucault chama de modelo “ideal”, ou seja, um acampamento que forma uma cidade apressada e artificial. “No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder.” (FOUCAULT, 2014, p. 168).

A composição deste simples plano quadrado, moldando uma arquitetura artificial, faz com que toda a disposição geométrica do espaço seja fundamental, isto é, tendas, colunas, entradas, tudo em seus devidos lugares, de modo a permitir um olhar capaz de controlar qualquer corpo pertencente ao espaço. Esta forma de obter controle através da visibilidade se encontra também nas construções das cidades operárias, hospitais, asilos, escolas e prisões.

Tomando o acampamento como modelo ideal de vigilância, encontrado em outras formas de arquitetura, que forma um aspecto de vigilância urbana, tem-se uma problemática através da arquitetura, que não é mais para ser vista de fora, como um grande monumento de admiração, e nem para ver o que está em sua volta (na sua parte interna). A arquitetura possui aqui uma outra função e característica: permitir o controle interior do espaço em seus mínimos detalhes e operar domínio absoluto dos comportamentos nela presentes. Por exemplo, os edifícios (arquitetura) hospitalares passam a ser uma espécie de instrumento de ação médica, no sentido de observar os doentes e melhor cuidá-los, e toda a sua lógica é a prevenção de contágios de doenças – o edifício hospitalar tem uma função terapêutica, de controle, em sua materialidade, de modo que sua arquitetura se torna uma extensão do corpo do médico. O mesmo sentido de arquitetura se encontra nas escolas militares francesas no século XVIII. No que tange às construções das cidades operárias (fábricas), vigilância e capital (economia) estão totalmente implicados e associados.

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação de registro e treinamento. (FOUCAULT, 2014, p. 170)

Os mesmos princípios integram a vigilância nas escolas elementares por consequência do aumento de alunos. Para que houvesse controle desta demanda, era preciso uma organização capaz de atribuir cargos específicos e com funções bem colocadas. O papel de cada operador deveria ser determinado para uma finalidade estrita, formada por oficiais e monitores, criando uma grande máquina pedagógica.

Recapitulando: a vigilância hierárquica é um dos exercícios do poder disciplinar, e sua mecânica só se sucede por uma rede de relações, de extremidades que se sustentam de modo conjunto. “O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina.” (FOUCAULT, 2014, p. 174).

“Na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal.” (FOUCAULT, 2014, p. 175). Este é o núcleo central das sanções que possuem como característica a normalização de toda espécie de conduta ou comportamento por um viés disciplinar. A sanção normalizadora tem cinco traços bem específicos de disciplinaridade com pressupostos punitivos.

O primeiro é sua característica sutil de punição, que acaba cobrindo todos os espaços que a lei deixa vagos. Essas sanções (penalidades) particulares e específicas fazem com que as disciplinas criem “infrapenalidades” que qualificam e reprimem o comportamento de um determinado indivíduo, ou seja, as infrapenalidades referem-se a uma estrutura penal, de modo que sua pretensão é se tornar algo fixo, uma vez que dela se produz e extrai inúmeros tipos de efeitos.

Os sistemas disciplinares exigem a punição como um de seus dispositivos – esta é a grande finalidade do poder disciplinar. Suas engrenagens são capazes de integrar os pequenos gestos e detalhes, atingindo tanto o corpo físico quanto o psicológico do sujeito.

Na oficina, na escola, no exército, funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (FOUCAULT, 2014, p. 175)

O poder de punir disciplinarmente é muito tênue e sutil, pois sua constituição é a capacidade de punir a mínima ação possível.

O segundo ponto trata desta forma específica de punição disciplinar, um modelo reduzido do tribunal (não necessariamente em termos espaciais; a semelhança está na prática punitiva a qualquer ação “infratora”, “ilícita” ou “errada”) marcado pela inobservância a tudo que está inadequado à regra, que afasta e desvia da norma estabelecida. Por exemplo, um soldado sofre uma sanção quando não atinge o nível que lhe foi atribuído ou quando não marcha de modo correto com seu fuzil. A falta de presença do aluno na escola faz com que ele também sofra uma punição (sanção), mesmo sendo um delito menor.

A exigência dos castigos obedece a uma categoria artificial, imposta por regulamento, um programa, uma lei formulada por um estatuto de ordens a se seguir e cumprir. Este processo está na perspectiva da regularidade; um gesto (movimento do corpo) demanda um determinado tempo e precisão. Tal regularidade é fixada como um modelo de “regra”. O tempo utilizado por um soldado ao carregar seu fuzil com as munições, contado a partir dos movimentos, cria uma regularidade fixa – daí a ideia da artificialidade que advém do provimento natural do corpo. “A punição em regime disciplinar comporta uma dupla referência jurídico-natural.” (FOUCAULT, 2014, p. 176).

O terceiro ponto é que todo castigo disciplinar tem como função reduzir os desvios; ele deve ser relativo à “correção”. Esse sistema de punição é da ordem do exercício, aprendido intensificado, multiplicado e repetido. Por exemplo, um soldado da primeira classe que apresentasse alguma negligência iria para a classe inferior (baixa). Para retornar à classe superior ele deveria passar por novos exercícios e exames. Neste aspecto, o castigo-correção é uma técnica disciplinar.

A quarta função é a do jogo duplo exigido pela disciplina, de gratificação e sanção (punição), um operador importante para a “correção” – um professor deve buscar formas de recompensas frequentes (gratificação) mais que as punições. Esse jogo de gratificação-sanção, portanto, gera a qualificação dos comportamentos enquanto disciplina, e produz dois polos (um jogo duplo): positivo e negativo, bom e mal, capacitado e incapacitado, de forma a hierarquizar os indivíduos. “A disciplina, ao sancionar os atos com exatidão, avalia os indivíduos ‘com verdades’; a penalidade que ela põe em execução se integra no ciclo de conhecimento dos indivíduos.” (FOUCAULT, 2014, p. 178).

A quinta função tem como característica dividir e classificar, marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências, as aptidões, e também punir e recompensar. “O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição.” (FOUCAULT, 2014, p. 178). As escolas militares são um exemplo bastante evidente deste sistema. O aperfeiçoamento de classificação pode ser notado no fato de que a classe à qual um militar pertencia era identificada através de suas roupas. O mesmo também ocorria nas escolas elementares do século XVIII, separando os “bons” dos “maus”.

Por fim, todas essas funções traçam um perfil que é único: a “normalização”, cuja base e estrutura são elementos de penalidades cujo modelo é o mesmo do tribunal, marcando a disciplina como eixo mediador de sua finalidade. Neste sentido, a sanção normalizadora tem como objeto todo o corpo social, com o intuito fazer dele uma espécie de classificação homogênea, de um modo geral, ao mesmo tempo em que se classificam os indivíduos em sua esfera individual, ou seja, corrigir-punir, adequar níveis e etc. – atribuir um jogo de diferenciar os indivíduos (corpos) e torná-los iguais.

Entre os recursos para um bom adestramento, o exame é um dispositivo que combina com os outros dispositivos, ou seja, a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora. Tendo como prerrogativa a obtenção de controle normalizante, o dispositivo do exame possui uma conotação diferente.

Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. A superposição das relações de poder e das de saber assume no exame todo o seu brilho visível. (FOUCAULT, 2014, p. 181)

O ponto interessante é que esse dispositivo constitui as formas de saberes, de conhecimentos acerca do objeto. Pode-se compreender que é um dispositivo que denota um perfil de “ciência” em áreas “diversas”.

O saber médico no final do século XVIII deu uma guinada epistemológica através da capacidade de “examinar” perpetuamente o seu paciente (o doente). O aparelho de examinar se encontra nas escolas deste mesmo período, com comparações ininterruptas, medindo e sancionando as capacidades e os limites de cada aluno. Pode-se entender o exame como provas (testes) de diferentes áreas do conhecimento, como a ortografia, a aritmética, o catecismo e a caligrafia. Nelas, esta técnica de exame era frequente nas escolas no final do século XVIII, ou seja, possui uma característica específica para as “ciências humanas” por produzir saberes sobre os indivíduos.

A escola se torna o local de elaboração da pedagogia. E do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a libertação epistemológica da medicina, a era da escola “examinatória” marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência. A era das inspeções e das manobras indefinidamente repetidas, no exército, marcou também o desenvolvimento de um imenso saber tático que teve efeito na época das guerras napoleônicas. (FOUCAULT, 2014, p. 183)

Cada tipo de exame remete a um saber, e este saber está ligado a uma forma de exercício de poder. Primeiro, o poder disciplinar se exerce de forma invisível em toda a sua mecânica, porém o faz visível em algum polo que concentra esse poder obrigatoriamente. “No espaço que domina, o poder disciplinar manifesta, para o essencial, seu poderio organizando os objetos. O exame vale como cerimônia dessa objetivação.” (FOUCAULT, 2014, p. 183).

Segundo, o exame produz uma rede de anotações escritas, constituindo todos os detalhes possíveis, tanto os do corpo quanto os dos objetos materiais, como espécies de documentos. O exame é, portanto, um sistema de registro (escrita) intensivo, cujo método é um modelo de documentação administrativa, porém com características particulares, como técnicas de identificação, assimilação e descrição. Neste sentido, este “domínio” específico de escrita começa a fazer parte integral das engrenagens do poder disciplinar, ou seja, essas

especificidades de escritas, de registros e de documentos têm como propósito evitar “desvios” e ao mesmo tempo reconhecer valores, como é o caso do exército e seus desertores, além de evitar convocações repetidas, entre outras finalidades.

Era esse o problema dos hospitais, onde era preciso reconhecer os doentes, expulsar os simuladores, acompanhar a evolução das doenças, verificar a eficácia dos tratamentos, descobrir os casos análogos e os começos de epidemias. Era o problema dos estabelecimentos de ensino, onde era forçoso caracterizar a aptidão de cada um, situar seu nível e capacidade, indicar a utilização eventual que se pode fazer dele. (FOUCAULT, 2014, p 185)

Os comportamentos são transcritos e registrados por códigos formais, ou seja, a disciplina passa a obter também um estatuto descritivo do indivíduo, tornando-o um objeto de análise em sua individualidade, ao mesmo tempo comparado com a individualidades, como se fosse uma dupla função – ora o indivíduo por ele mesmo, ora o indivíduo com o coletivo, o social.

Terceiro: entre todas as técnicas de registro, o exame faz de cada indivíduo um caso que estabelece o indivíduo como objeto de conhecimento e também de poder. A consequência disto, de tornar o indivíduo um caso, decorre do exagero de escritos ininterruptos? Pode-se dizer que sim, ou seja, à medida que os comportamentos se adequam àquilo que pode ser mensurado, medido e comparado em sua individualidade com outras, essas relações estão sujeitas a um poder que as domina. Este é o ponto que tangencia o poder disciplinar, esta descrição disciplinar, este “exame” biográfico.

O exame como fixação ao mesmo tempo ritual e “científica” das diferenças individuais, como oposição de cada um à sua própria singularidade (em oposição à cerimônia onde manifestam os *status*, os nascimentos, os privilégios, as funções, como todo o brilho de suas marcas) indica bem a aparição de uma nova modalidade de poder em cada um recebe como *status* sua própria individualidade, e onde está estatutariamente ligado aos traços, às medidas, aos desvios, às “notas” que o caracterizam e fazem dele, de qualquer modo, um “caso”. (FOUCAULT, 2014, p. 187)

Por fim, compreende-se que o exame é uma espécie de estatuto constitutivo que integra a mecânica do poder disciplinar enquanto um produtor de verdade-saber em relação ao poder que se exerce. Neste aspecto, o “exame” necessita de um pouco mais de atenção, uma vez que seus detalhes são minuciosos, capazes de considerar que esta técnica iniciou as chamadas ciências humanas modernas. Seu ápice foi o período do século XVIII, sendo a pedagogia e a medicina fortemente marcadas pelos seus traços.

Nota-se que a fórmula para um bom adestramento é a combinação de atributos (funções) que se exercem mutuamente, continuamente e ininterruptamente, ou seja, as relações e junções da vigilância hierarquizada, a sanção normalizadora e o exame. Estes eixos fazem parte da mecânica do poder disciplinar; são engrenagens desta grande máquina de fabricação de corpos dóceis, ironicamente, como coloca Foucault, adestrados. Esta tríade do poder disciplinar obedece a uma unidade que tem como característica o exercício de modo conjunto – mesmo que cada uma delas possua suas próprias funções e estruturas particulares em sua especificidade, em conjunto elas constituem funções múltiplas. Foucault nos dá, no entanto, as aparências e as faces desta mecânica de poder, que diz respeito ao indivíduo que é construído e fabricado pelo poder disciplinar.

## 2.2. O PANÓPTICO

A todo momento, na obra *Vigiar e Punir* (1975), Foucault descreve a disciplina enquanto a junção de dispositivos múltiplos, ou seja, o poder disciplinar é constituído por vários mecanismos e estratégias para docilizar e modelar o corpo como um produto gerado através de um determinado exercício. Como pudemos perceber no primeiro capítulo desta pesquisa, o poder disciplinar possui uma característica fundamental: a perspectiva do direcionamento dos corpos, capaz de integrar toda a anatomia do corpo para atingir um efeito preciso e eficaz.

Neste sentido, quando se trata de disciplina, pode-se questionar onde ela acontece, onde ela se exerce. A disciplina como compreendemos até então se dá em um lugar específico e delimitado, “fechado”.

Não se pode conceber o poder disciplinar sem pensar na ótica do espaço, um núcleo muito importante do qual não se pode desvencilhar, uma vez que é através dele que este poder se exerce com tanta exatidão. Cabe aqui, portanto, pensar em como este domínio do espaço foi constituído e como a disciplina opera nele.

Para dar conta de sua demanda, a disciplina parte do princípio do fechamento – ela necessita de um espaço fechado, circunscrito, mapeado; não necessariamente precisa de um espaço, um edifício, uma construção física, uma arquitetura, basta apenas uma organização, um ornamento específico do espaço; basta circunscrever um território, uma geometria, para que ela ocorra.

É como no caso em que Foucault analisa e comenta sobre a “peste” no fim do século XVII, descrevendo as medidas e precauções que eram tomadas, ou seja, as táticas providenciadas:



Em primeiro lugar, um policiamento espacial estrito: fechamento, claro, da cidade e da “terra”, proibição de sair sob pena de morte, fim de todos os animais errantes; divisão da cidade em quarteirões diversos onde se estabelece o poder de um intendente. Cada rua é colocada sob a autoridade de um síndico; ele a vigia; se a deixar, será punido de morte. No dia designado, ordena-se todos que se fechem em suas casas: proibido de sair sob pena de morte. O próprio síndico vem fechar, por fora, a porta de cada casa; leva a chave, que entrega ao intendente de quarteirão; este a conserva até o fim da quarentena. (FOUCAULT, 2014, p.190)

A peste foi tratada como um problema de saúde pública, portanto um problema político. Para saná-lo, as medidas tomadas são um pouco complexas. A medida do “fechamento” foi uma das soluções encontradas para obter o máximo de controle possível de contágio e propagação da doença. “Espaço recortado, imóvel, fixado. Cada qual se prende a seu lugar. E, caso se mexa, corre perigo de vida, por contágio ou punição.” (FOUCAULT, 2014, p. 190).

Em estado de alerta total, todas as dimensões são vigiadas e registradas por uma técnica de distribuição de funções segundo o cargo ao qual se corresponde, ou seja, a formação de uma milícia. Vale destacar que a vigilância entra como uma função essencial, pois é ela quem garante todo o poder e controle. Todas as extremidades estão controladas por técnicas de registros, descrições e anotações, que vão do relatório do intendente dos casos ao gabinete da prefeitura. Isto significa que os exercícios de controle foram de ordem disciplinar, e que o espaço fechado descrito corrobora com a ideia de que não é necessário um edifício específico para que haja o poder disciplinar. Aqui vale lembrar dos acampamentos militares, criados e organizados a partir de uma delimitação do espaço. O planejamento do espaço se dava em um projeto, não necessariamente em um lugar específico (território). O acampamento militar era uma idealização de como as composições se dariam no espaço, logo, a disciplina “cria” espaços sem se dar propriamente no espaço.

Há uma composição que se comporta da mesma maneira, porém com um detalhe bem específico; uma estrutura arquitetônica, um edifício fechado: o Panóptico de Bentham. A diferença é que esta estrutura arquitetônica foi projetada, pensada e articulada para ser assim, fechada e enclausurada. Antes de dizer como funciona esta arquitetura, temos que tomar nota de quem foi o seu “criador”.

Jeremy Bentham (1748-1832) foi um filósofo e jurista inglês que tinha como corrente filosófica o utilitarismo. Difusor deste pensamento, cuja proposta era a maximização da utilidade, para além da teoria ética normativa (o campo da moral), Bentham dialoga com o utilitarismo na área do direito, da economia e da política.

O projeto arquitetônico de Bentham tem um cunho econômico. Ele foi pensado e escrito em Crecheff, na Rússia, em 1787, formado por um conjunto de cartas que tinha como título *O Panóptico; ou A casa de inspeção*, enviadas para a Inglaterra, no mesmo ano, para um “amigo” em particular. Nestas cartas Bentham propõe um novo princípio de construção.

A título de curiosidade, Bentham é considerado o fundador deste novo princípio de construção, a arquitetura panóptica. No entanto, este princípio foi projetado e articulado juntamente com seu irmão, o engenheiro Samuel Bentham. O nome do projeto era *Casa de inspeção ou Elabotatório*, planejado no ano de 1786, um ano antes das cartas de Bentham serem enviadas para a Inglaterra. Bentham incorpora a ideia de seu irmão para pensar uma penitenciária, utilizando-a em um concurso apresentado pelo Jornal St. James Chronicle, visando a construção de uma nova prisão em Middlesex.

Na Carta II, *Plano para uma casa de inspeção penitenciária*, Bentham começa a esmiuçar sua arquitetura panóptica:

O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chama-los, se quiser, de *celas*. Essas *celas* são separadas entre si e os prisioneiros, dessa forma, impedidos de qualquer comunicação entre eles, por *partições*, na forma de raios que saem da circunferência em direção ao centro, estendendo-se por tantos pés quantos forem necessários para se obter uma cela maior. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser, de *alojamento do inspetor*. (BENTHAM, 2008, p. 20)

Foucault faz uma análise deste princípio arquitetônico em *Vigiar e Punir* (1975), colocando-o em um dos eixos dos dispositivos disciplinares do poder disciplinar e chamando-o de panoptismo. Não obstante, Foucault vai além da concepção arquitetônica de Bentham. “O Panóptico é um grande texto político, sobre o qual Michel Foucault assinalou a importância: não se poderia fazer melhor.” (PERROT, 2008, p. 132).

Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. (FOUCAULT, 2014, p. 194)

A primeira iniciativa de Bentham foi uma penitenciária, cuja função era a inspeção (controle) e vigilância constante segundo uma distribuição exata do espaço. Ambicioso, Bentham logo pensou em outras arquiteturas, como edifícios, utilizando seu princípio panóptico

em construções diversas como escolas, manufaturas (indústrias), hospitais e hospício, formando um aparato institucional do mesmo valor.

Nota-se que a genealogia disciplinar está constantemente presente nessas instituições, nesses “espaços”. “O Panóptico não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo polivalente da vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas.” (MILLER, 2008, p.89).

O panóptico é constituído por um princípio que pode ser utilizado para uma finalidade específica, somente pelo aspecto arquitetônico, da organização e da composição do espaço. Como coloca Bentham na Carta XX, Hospitais:

Uma *prisão*, como observei na primeira carta, inclui um hospital. Em prisões construídas de acordo com este plano, toda cela pode receber as características de um hospital, sem que para isso seja necessária qualquer mudança. A prisão inteira poderia ser um hospital melhor, talvez, do que qualquer edifício conhecido até agora por aquele nome. Entretanto, caso se considerasse útil, umas poucas celas poderiam ser apropriadas para esse propósito; e talvez possa ser aconselhável que alguns casos de infecção sejam isolados para serem alojados sob outro teto. (BENTHAM, 2008, p. 73)

Este princípio panóptico é uma espécie de substancialidade do poder disciplinar. A arquitetura panóptica é uma potencialidade para esse poder por gerar maiores números de efeitos pelo atributo da vigilância constante. “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto.” (FOUCAULT, 2014, p. 195).

Foucault faz uma inversão desta arquitetura, do “olho que tudo vê”. Aquele que observa não é soberano, e aquele que é observado não é súdito. A relação que se dá no panóptico é homogênea – aquele que vigia está (e se faz) mais integrado que aquele que está sendo observado. O jogo duplo do panóptico é simétrico; todos integram as engrenagens deste mecanismo simultaneamente.

A máquina panóptica possui uma característica fundamental, da ordem das “experiências”, ou seja, sua estrutura permite modificar os comportamentos, “treinar e retrainar” conforme a sua finalidade – nos hospitais, experimentar remédios e medir seus efeitos; nas prisões, testar qual é a melhor forma de punição; nas escolas, estabelecer qual é a melhor prática pedagógica. Todas as experiências humanas, portanto, podem ser analisadas e transformadas seja qual for a sua finalidade.

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar e todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (FOUCAULT, 2014, p. 198)

Em resumo, é disso que se trata o panóptico. Feita esta análise de um espaço fechado, através de uma arquitetura cuja proposta possui tal finalidade, compreende-se que, em *Vigiar e Punir*, Foucault apresenta três concepções, três formas de composições de espaços disciplinares – não no sentido do lugar estritamente, mas sim de como conceber a sua estrutura. Primeiro, tem-se os acampamentos militares, que podemos chamar de espaço de “criação”, onde os soldados compõem e organizam o espaço de modo que haja vigilância e controle. Segundo, o espaço de “delimitação” – aqui cabem as cidades pestilentas, onde o espaço era fechado por um limite, casas, ruas e quarteirões, que formam um espaço único de vigilância. Terceiro, o panóptico, que cruza as duas noções anteriores com um único princípio de arquitetura. Pode-se classificá-lo como espaço de “enclausuramento”.

### **2.3. Heterotopia e Disciplina**

O ponto central no que tange às heterotopias, o princípio que nos leva a pensar a relação entre heterotopia e disciplina, é o primeiro princípio em que Foucault apresenta os conceitos de crise e desvio.

Primeiro, a crise, que está ligada a fatores biológicos dos indivíduos, o que a relaciona com o espaço; segundo, o desvio: as heterotopias de desvio, que substituem hoje as heterotopias de crise, são aquelas nas quais são colocados os indivíduos com comportamento desviante em relação à média ou à norma exigida – as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões, os asilos para idosos, por exemplo. Estes últimos estão no limite entre as heterotopias de crise e as heterotopias de desvio, pois a velhice é ao mesmo tempo uma crise e um desvio em relação à norma.

Pode-se dizer que a disciplina tem uma única função: dar direcionamento para o corpo ao mesmo tempo em que regula todos os desvios deste. O “controle” seria uma das formas adequadas de estabelecer uma função ao poder disciplinar.

A “disciplina” não pode se identificar como uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvo; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (FOUCAULT, 2014, p. 208)

O aparato tecnológico do poder disciplinar fica então a cargo das instituições “especializadas”, como coloca Foucault, sendo elas as penitenciárias, escolas, quartéis e hospitais. A característica maior dessas instituições é a de que elas são puramente fechadas em sua construção (arquitetura); isso é o que as assemelha. Toda sua arquitetura é elaborada, calculada, matizada para uma tal finalidade; toda a composição do espaço está à mercê de sua mecânica, paredes, escadas, portas, vias de entrada e de saída; todas essas características moldam uma construção que se dá através da disciplina. Vale lembrar que o espaço é uma das condições para que o poder disciplinar se exerça. Neste sentido, entre todas as mecânicas do poder disciplinar, o que mais nos interessa é o da ordem do espaço.

É a partir de *Vigiar e Punir* (1975) e de sua rápida circulação internacional – traduzido rapidamente em cerca de vinte línguas – que as análises foucaultianas do espaço recebem uma visibilidade nova como lugar de uma dupla articulação do poder sobre o corpo do indivíduo e do saber ao poder. (DEFERT, 2013, pp. 46-47)

As perguntas centrais para essa análise, ou seja, a relação entre disciplina e heterotopia, são: os espaços disciplinares são heterotópicos? A disciplina produz heterotopia?

Previamente, pode-se dizer que sim, a conexão é bastante congruente. Em primeiro lugar, o simples fato de os dois registros, um de 1967 e outro de 1975, travarem diálogos com o termo desvio, no mesmo sentido, já torna possível a conexão entre heterotopia e disciplina. A heterotopia de desvio seria a de captura deste indivíduo que escapa da norma para colocá-lo em um determinado espaço; a disciplina seria a de corrigir esses desvios dentro deste espaço.

A intenção maior desta conexão não é provar se ela é realmente possível, apresentando todos os argumentos de modo exaustivo para chegar em uma única conclusão válida. Para além disso, a intenção é levantar esta relação como uma questão, um problema filosófico ao qual deu início<sup>6</sup>. Portanto, não há respostas absolutas e conclusivas para essas conexões, mas sim meios e mecanismos para relacioná-las e abordá-las enquanto problemas.

Foucault faz uma análise estritamente detalhada sobre os mecanismos do poder disciplinar, que se exerce com um conjunto de exercícios e estratégias – para além do espaço, há outros elementos em jogo. De modo simplificado, o poder disciplinar executa três funções simultâneas, ou seja, na operação do tempo, do espaço e da norma (lei). Somadas, estas três

---

6. Neste caso, o anseio por uma “ciência” chamada Heterotopologia.

“forças” de controle são capazes de guiar o corpo em qualquer direção. Vale lembrar que o substrato minucioso quase que invisível (despercebido) é a vigilância e a punição.

Isto é o que marca a terceira parte da obra *Vigiar e Punir*. De um lado tem-se a construção desta mecânica, seus funcionamentos e táticas, e de outro a atenção para um dispositivo muito importante para a história da arquitetura, o “Panóptico de Bentham”. Foucault analisa todos os elementos que compõem a estrutura arquitetônica panóptica, atribuindo toda a genealogia disciplinar para ela, tomando-a como um grande exemplar do poder disciplinar ao qual chamara de panoptismo. A estrutura panóptica se ramifica, segundo sua análise, a todo o corpo social, que tem por sua essência a vigilância e a punição. A questão é que as instituições modernas começam a adotar esse tipo de mecanismo como forma de poder (controle).

É possível observar que o panóptico é umas das noções de espaço que surge na análise foucaultiana, e antes dela surgir havia noções em que o poder disciplinar já operava no espaço, como nos acampamentos militares e nas cidades pestilentas. Pode-se dizer que a disciplina “carece” do espaço – sua necessidade é tal que somente este mecanismo delimita o limite do poder que pode ser efetivado. Tem-se a composição do espaço dos acampamentos militares, que se organizava através de um não lugar. Sua distribuição é totalmente ornamentada no espaço para haver disciplina, vigilância e controle. Pode-se dizer que há a criação de espaços disciplinares conforme o modelo dos acampamentos militares. Nas cidades pestilentas, a organização e controle do espaço para poder sanar o problema da doença faz do próprio espaço (a existência de edifícios) algo fechado. É da ordem do fechamento que ele se estabelece – fechamento das casas, das ruas e dos quarteirões. Para que possa haver controle é necessário ter o espaço delimitado e circunscrito, como se a doença estivesse em um círculo, quadrado ou retângulo. Neste espaço opera o poder disciplinar de modo tal que a doença não cria espaço, mas sim “estabelece” e “delimita” o espaço, se justapõe sobre um determinado espaço já existente. Entre essas duas formas de composição do espaço há uma terceira, que amarra as anteriores de um modo mais preciso e eficaz: um edifício que agora toma conta destas composições, a “criação” de um edifício (espaço) que se “instaura”, “estabelece” e “delimita”. Percebe-se que o panóptico de Bentham é capaz disso, uma vez que tem como composição o “enclausuramento”.

Pode-se então falar, em suma, da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécies de “quarentena” social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do “panoptimos”. Não que a modalidade disciplinar do poder tenha substituído todas as outras; mas porque ela se infiltrou no meio das outras, desqualificando-a às vezes, mas servindo-lhes de intermediária, ligando-as entre si, prolongando-as, e principalmente permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais tênues e mais

longínquos. Ela assegura distribuição infinitesimal das relações de poder. (FOUCAULT, 2014, p. 209)

De um modo geral, Foucault compreende esse dispositivo como algo pertinente ao corpo social, às instituições como um todo. Portanto, perguntamos: qual é a relação entre esses espaços que se assemelham uns com os outros e a heterotopia? Não seria o panóptico de Bentham uma heterotopia? Para além do panoptismo, as instituições disciplinares apresentam características heterotópicas? O exercício agora é pensar na similitude dessas relações para assim poder atribuir as conexões entre elas.

A heterotopia é formada por princípios que constituem as características principais do espaço, o que leva a estabelecer as particularidades que ele apresenta. Tanto no texto apresentado na entrevista radiofônica quanto na conferência no Círculo de Estudos Arquitetônicos de Paris, Foucault apresenta seis heterotopias que possuem funções diferentes no espaço, ou seja, para cada uma delas um lugar específico. No princípio de mutação/função, o cemitério; no da justaposição, o teatro, cinema e jardins; no das heterocronias, museus e bibliotecas; no de abertura e fechamento, casas de banho islâmicas e templos religiosos; no de ilusão e compensação, bordéis e as colônias jesuítas; e o que nos interessa, o da crise e desvio.

O princípio da crise e desvio pode ser interpretado de modo conjunto, uma vez que os dois conceitos estão ligados. Crise biológica é um desvio também, no entanto, desvencilhando um pouco da ideia de crise, pode-se pensar somente no desvio, cujo modo está ligado aos comportamentos dos indivíduos que desviam perante a norma. O detalhe disso é que Foucault apenas diz que há espaços desviantes, citando-os de forma breve.

O espaço da crise, que também é como um desvio, é constituído pelas casas de repouso e asilos, e o espaço de desvio propriamente constitui-se das prisões e clínicas psiquiátricas. Não obstante, podemos ir um pouco mais além disso. As heterotopias estão ligadas diretamente aos comportamentos dos indivíduos, não só no princípio de crise e desvio, mas como um todo. Elas estão ligadas às emoções e sonhos dos indivíduos, ou seja, com a maneira que cada indivíduo se relaciona no espaço. Tendo como chave de leitura o princípio de desvio, pode-se dizer que as escolas e os hospitais são espaços desviantes, servem como desvio? Daqui é possível transpor a ideia de heterotopia para a ótica de *Vigiar e Punir*, tentando estabelecer um diálogo com a disciplina. A relação entre heterotopia e espaços disciplinares reside no fato de que eles operam sobre o indivíduo de forma excludente e particular. “No fundo dos esquemas disciplinares, a imagem da peste vale por todas as confusões e desordens; assim como a imagem da lepra, do contato a ser cortado, está no do esquema de exclusão.” (FOUCAULT, 2014, p. 193). Esta

exclusão também se encontra no asilo psiquiátrico, na penitenciária, nas casas de correções, nas escolas e nos hospitais, atribuindo um jogo binário, louco-não louco, perigoso-inofensivo, normal-anormal.

Por um lado, tem-se o panoptismo, que abrange todo o corpo espacial da sociedade, ou seja, dispositivos institucionais controlados segundo os interesses políticos. O corpo entra como um objeto de objetificação justamente por ser fabricado, moldado e artificializado na perspectiva do poder disciplinar; o corpo é docilizado e domesticado. Há uma outra constituição do corpo nas heterotopias, isto é, o comportamento “outro” perante o espaço, aquele que nos lança para fora de nós mesmos. Neste sentido, os espaços disciplinares permitem essa categoria para com o corpo?

Partindo do pressuposto de que os espaços disciplinares dão direcionamento aos corpos no sentido de docilizar, moldar e adestrar, com o intuito de prevenir maus comportamentos, ou seja, desviando-os para um determinado tipo de comportamento, tem-se a noção de que esses espaços são como grandes máquinas que “fabricam corpos” controlados. O intuito é pensar em uma relação de semelhança entre esses espaços (escolas, hospitais, prisões, clínicas psiquiátricas). Se todos eles possuem a característica de adestrar os comportamentos desviantes, para centralizar-se em um comportamento específico, como fica a relação dos corpos no sentido das heterotopias, aquela relação com os espaços que nos lança para fora de nós mesmo? Qual é o sentimento para com esses espaços?

As heterotopias permitem criar contra-espacos, espacos outros conforme o comportamento desejado. A princípio, os espacos disciplinares – e este é um detalhe muito importante – não permitem esse tipo de comportamento desejado, ou seja, esses espacos outros. A leitura que se faz é que há heterotopias que corroboram com a ideia dos contra-espacos. No entanto, podemos pensar que há também heterotopias que não permitem criar esses contra-espacos. Existem as “heterotopias disciplinares”, cuja constituição é uma das mais complexas, que se dão em detrimento do corpo para com o espaco, justamente porque esses espacos restringem e reprimem os corpos. Um termo adequado para essa análise é “constrangimento”, ou seja, as “heterotopias disciplinares” partem do princípio de constrangimento do corpo, por não serem espacos de neutralidade. Ao mesmo tempo, as heterotopias disciplinares podem ser relacionadas a outros princípios heterotópicos que Foucault descreve, como *justaposição*, *abertura e fechamento*, *ilusão e compensação*. Neste sentido, pode-se dizer que há heterotopias cuja função é a disciplina, ou seja, as “heterotopias disciplinares”. O ato de disciplinar se dá pelo constrangimento e enclausuramento do corpo, sujeitado por esses espacos.



### 3 CAPÍTULO 3 – SOBRE A BIOPOLÍTICA

#### 3.1. O CONTEXTO DA BIOPOLÍTICA: UMA LEITURA ESPACIAL

O presente capítulo tem como objetivo analisar o conceito da biopolítica nas perspectivas, compreensões e concepções de Michel Foucault em relação ao espaço, ou seja, o espaço da cidade no prisma da biopolítica. A proposta inicial é delimitar, de algum modo, uma definição do conceito de biopolítica, e apresentar sua influência e impacto no espaço.

A aparição do conceito de biopolítica é fragmentada em diversos registros. Cronologicamente, a primeira menção ao termo surge em uma conferência chamada *O nascimento da medicina social*, realizada no Rio de Janeiro, em 1974; depois, aparece na obra *História da sexualidade: a vontade de saber (vol. I)*, de 1976, sucedida pelas menções nos cursos ministrados no *Collège de France: Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), com destaque para a última aula, *Segurança, Território e População* (1977-1978); e *Nascimento da Biopolítica*<sup>7</sup> (1978-1979).

Por uma questão de método, a análise se dará em um recorte específico na conjuntura dos cursos mencionados, isto é, serão analisadas a última aula de *Em Defesa da Sociedade*, de 17 de março de 1976, e a aula de 11 de janeiro de 1978 de *Segurança, Território e População*. O intuito é estabelecer uma definição de biopolítica e uma chave de leitura interpretativa sobre o espaço nos cursos e aulas.

Para se ater à trajetória das pesquisas de Foucault sobre a biopolítica, é necessário e importante considerar a primeira aparição do termo, na conferência *O nascimento da medicina social*<sup>8</sup>, na qual Foucault aborda questões sobre aquilo que se pode compreender como uma “medicina urbana”. Com o nascimento da medicina moderna no final do século XVIII, Foucault questiona se relações de mercado, ou melhor, se uma economia capitalista interpela os indivíduos fazendo com que a medicina seja individualista, uma relação “privada” entre o médico e o doente. Neste sentido, Foucault propõe uma inversão desta relação, ao mesmo tempo em que compreende que ela é um dos aspectos possíveis. Mesmo que o caráter individualista exista, Foucault compreende que a medicina moderna é sempre social, e sua constituição se instaura numa tecnologia do corpo social.

7. Apesar dos importantes temas e questões trabalhados nesse curso, não será relevante no presente momento.

8. Conferência realizada no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em outubro de 1974. Tradução de Roberto Machado. Publicado em *Microfísica do poder*, em 2015.

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica. (FOUCAULT, 2015, p. 144)

Este é o objetivo de Foucault nesta conferência: demonstrar como essa nova tecnologia – a medicina moderna – opera no corpo social, analisando seu nascimento e desenvolvimento, a exemplo da medicina de Estado da Alemanha no século XVIII (*Staatswissenschaft*<sup>9</sup>), pioneira nesta prática, paralelamente à França e à Inglaterra.

A primeira aresta e um possível horizonte sobre o conceito, ou o surgimento de seu cunho etimológico, se apresenta na conferência *O nascimento da medicina social*. Curiosamente, a primeira conferência realizada por Foucault, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1974, foi *Crise da medicina ou crise da antimedicina*<sup>10</sup>, na qual se apresentam traços e conexões com a temática abordada em *O nascimento da medicina social*.

Em nossos dias, descobre-se algo novo: a história do homem e a vida estão profundamente implicados. A história do homem não continua simplesmente a vida, nem a reproduz; até certo ponto, ela reassume a vida e pode exercer vários efeitos absolutamente fundamentais sobre seus processos. Este é um dos grandes riscos da medicina atual e uma das razões para a espécie de mal-estar que se comunica dos médicos aos doentes, dos técnicos à população em geral, no que tange aos efeitos da ação médica. (FOUCAULT, 2010, p. 179)

---

9. A noção de *Staatswissenschaft*, uma noção alemã e sob o nome de ciência do Estado, pode agrupar duas coisas, que aparecem, nessa época, na Alemanha: por um lado, um conhecimento que tem por objetivo o Estado; não somente os recursos naturais de uma sociedade, nem o estado de sua população, mas também o funcionamento geral de seu aparelho político. Os inquéritos sobre os recursos e o funcionamento dos Estados foram uma especialidade, uma disciplina alemã do século XVIII; por outro lado, a expressão significa também o conjunto dos procedimentos pelos quais o Estado extraiu e acumulou conhecimento para melhor assegurar seu funcionamento. (FOUCAULT, 2015, p. 145)

10. Primeira conferência proferida, em outubro de 1974, no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ. Texto traduzido do espanhol por Heliana Conde. Publicado na Revista *Verve* n. 18, em 2010.

A conferência *Crise da medicina ou crise da antimedicina*, no entanto, analisa situações específicas sobre os temas, a exemplo da elaboração Plano Beveridge<sup>11</sup>, modelo econômico de saúde de Estado da Inglaterra:

O Plano Beveridge indica que o Estado se encarrega da saúde. Poder-se-ia dizer que não se trata de uma inovação, pois, desde o século XVIII, uma das funções do Estado – se não a fundamental, pelo menos uma importante função – era a de garantir a saúde física dos cidadãos. Creio, entretanto, que até meados do século XX, garantir a saúde significava essencialmente, para o Estado, assegurar a força física nacional, sua capacidade de trabalho e de produção, bem como de defesa e ataque militares. Até então, a função da medicina de Estado esteve principalmente orientada para finalidades nacionalistas, quando não raciais. Com o Plano Beveridge, a saúde torna-se objeto de preocupação dos Estados não basicamente para eles mesmos, mas para os indivíduos, quer dizer, o direito do homem de manter seu corpo em boa saúde se converte em objeto da própria ação do Estado. Por conseguinte, os termos se invertem: o conceito de indivíduo em boa saúde para o Estado é substituído pelo de Estado para o indivíduo em boa saúde. (FOUCAULT, 2010, p. 168)

A conferência também aborda o surgimento da medicina moderna e suas implicações e intervenções enquanto cientificidade: “o que aparece desde o começo do século XX é o fato de que a medicina pode ser perigo não na medida de sua ignorância e falsidade, mas na de seu saber, na medida em que ela constitui uma ciência.” (FOUCAULT, 2010, p. 174). Nota-se que ambas as conferências/textos são como formas de passagens e transições no pensamento de Michel Foucault acerca da biopolítica. “Estamos na bio-história e isso é um elemento muito importante.” (FOUCAULT, 2010, p. 178).

No curso *Em Defesa da Sociedade*, de modo geral, Foucault trata de questões relevantes acerca do racismo de Estado, mais especificamente da luta das raças. A proposta aqui não é investigar o curso em sua totalidade, mas é necessário demarcar algumas das principais reflexões trabalhadas para analisar o contexto da biopolítica na aula 17 de março de 1976.

Resumidamente, as lutas são notoriamente marcadas pelas disputas e narrativas das raças, dos vencidos e dos vencedores. Foucault buscou analisar esta relação pelo método genealógico, que permite alcançar linhas de descontinuidades dos saberes “sujeitados”, “desqualificados” e “baixos”. Estes saberes são “o do psiquiatrizado, o do doente, o do

---

11. O *Plano Beveridge de Seguridade Social* foi constituído em 1942 durante a Segunda Guerra Mundial, fundado e criado pelo economista progressista William Henry Beveridge. Este programa é característico pela origem e modelo, para os assim chamados Estados de Bem-Estar Social.

enfermeiro, o do médico, mas paralelo e marginal em comparação com o saber médico, o saber do delinqüente, etc<sup>12</sup>.” (FOUCAULT, 1999, p. 12).

O método adotado é a genealogia: as verdades são indagadas na persistência e descontinuidade das práticas históricas e nos seus efeitos. Foucault identifica a cada passo o eixo histórico e contingente em cujo âmbito um discurso evidencia saberes e práticas que têm pretensão de verdade e efeitos de poder, portanto o jogo complexo e múltiplo de uma determinada vontade de saber: esse jogo não está subjacente ao discurso (nada está por baixo, como ao contrário acontecia na crítica da ideologia: estrutura-superestrutura), mas dentro. (BAZZICALUPO, 2017, p. 36-37)

Foucault chama esses saberes de “saberes das pessoas”, o que implica relacioná-los em sua compreensão local, regional e particular. Para Foucault, o conhecimento desses saberes se encontra em repouso e culminado numa espécie de senso comum por ser mantido como algo em “tutela”. No fundo, a que isso diz respeito? Segundo Foucault, ao saber histórico das lutas, dos conflitos, dos combates, das guerras, isto é, das disposições das forças e dos poderes que nelas se exercem. Afinal, do que trata o método genealógico?

O que está em jogo em todas essas genealogias, vocês sabem, mal tenho necessidade de precisar, isto é: o que esse poder, cuja irrupção, cuja força, cuja contundência, cujo absurdo apareceram concretamente no decorrer destes últimos quarenta anos, ao mesmo tempo na linha de desmoronamento do nazismo e na linha de recuo do stalinismo? O que é poder? Ou melhor – porque a pergunta: “O que é poder?” seria justamente uma questão teórica que coroaria o conjunto, o que eu não –, o que está em é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas. (FOUCAULT, 1999, p. 19)

O objetivo da genealogia é encontrar elementos enraizados numa memória local, regional e particular; encontrar em um ponto “fixo” um embate de forças (conflitos) que emergem de uma origem, um saber no qual o poder se revela, um saber-poder das forças que se colidem em uma relação conjunta entre dominação e submissão. O limite destas relações de forças não está desassociado de produção e efeito de verdade – esta é a intenção das genealogias para com o poder: desvendar e revelar os discursos de verdade “sepultados”. Aliás, como o poder se exerce?

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa

---

12. Aula de 7 de janeiro de 1976.

rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles<sup>13</sup>. (FOUCAULT, 1999, p. 35)

Neste sentido, Foucault compreende e propõe analisar as relações do poder não por sua interioridade, mas sim por sua exterioridade – seu objetivo e alvo de dominação –, e é neste objetivo de dominação (sujeitado) que se encontra, por meio das mediações, a real intenção do poder. É, talvez, na relação entre o reprimido e o sujeito que surge o padrão de discursos de verdade e sua normalização.

Nas primeiras aulas do curso *Em Defesa da Sociedade*, nota-se que a questão da biopolítica ainda não está posta, pois Foucault está pensando e articulando a sobreposição e a justaposição de dois modelos de poderes que antecedem a biopolítica: o poder soberano e o poder disciplinar.

Um direito da soberania e uma mecânica da disciplina: é entre esses dois limites, creio eu, que se pratica o exercício do poder. Mas esses dois limites são de tal forma, e são tão heterogêneos, que nunca se pode fazer que um coincida com o outro. O poder se exerce, nas sociedades modernas, através, a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica poliforma da disciplina. Isto não quer dizer que vocês têm, de um lado, um sistema de direito tagarela e explícito, que seria o da soberania, e depois disciplinar obscura e mudas que trabalhariam em profundidades, na sombra, e que constituiriam o subsolo silencioso da grande mecânica do poder. (FOUCAULT, 1999, p.45)

O poder disciplinar possui uma constituição e discurso próprio e está à parte do poder soberano (do exercício da lei); “as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma.” (FOUCAULT, 1999, p. 45). Novamente, vale nos ater à obra *Vigiar e Punir* (1975):

Aparece, por meio das disciplinas, o poder da Norma. Nova lei da sociedade moderna? Digamos antes que desde o século XVIII ele veio se unir a outros poderes obrigando-os a novas delimitações; o da Lei, o da Palavra e do Texto, o da Tradição. O normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde; estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais. (FOUCAULT, 2014, p. 180)

---

13. Aula de 14 de janeiro de 1976.

Essas relações de poder, no contexto de *Em Defesa da Sociedade*, implicam o fenômeno da guerra no que se refere às lutas das raças:

[...] a guerra pode valer efetivamente como análise das relações de poder e como matriz das técnicas de dominação? Vocês me dirão que não se pode, logo de saída, confundir relações de força e relações de guerra. É claro. Mas tomarei isso simplesmente como um [caso] extremo, na medida em que a guerra pode passar por ponto de tensão máxima, pela nudez mesma das relações de força. A relação de poder será em seu fundo uma relação de enfrentamento, de luta de morte, de guerra? Sob a paz, a ordem, a riqueza, a autoridade, sob a ordem calma das subordinações, sob o Estado, sob os aparelhos do Estado, sob as leis, etc., devemos entender e redescobrir uma espécie de guerra primitiva e permanente?<sup>14</sup> (FOUCAULT, 1999, p. 53)

Quanto ao racismo de Estado, Foucault diz:

Muito cedo, encontramos os elementos fundamentais que constituem a possibilidade da guerra e que lhe garantem a manutenção, o prosseguimento e o desenvolvimento: diferenças étnicas, diferenças das línguas; diferenças de força, de vigor, de energia e de violência; diferenças de selvageria e de barbárie; conquista e servidão de uma raça por uma outra. O corpo social é no fundo articulado a partir de suas raças. É a ideia segundo a qual a sociedade é, de um extremo a outro, percorrida por esse enfrentamento das raças, que encontramos formulado já no século XVII e como que matriz de todas as formas sob as quais, em seguida, investigaremos a fisionomia e os mecanismos da guerra social<sup>15</sup>. (1999, p. 70-71)

Para exemplificar o contexto dessas lutas, Foucault analisa o embate discursivo das ancestralidades e descendências dos povos, por exemplo e sobretudo do povo Francês, questionando se sua origem era galesa ou romana. Essas lutas não necessariamente implicam na guerra, ou seja, na invasão e dominação propriamente dita, mas sim na luta-guerra de sua origem. Foucault investiga o fenômeno da guerra no contexto da disputa de poder e da narrativa de poder de uma raça sobre a outra, isto é, das guerras entre as raças superiores e as raças inferiores. Foucault não descarta a tese da batalha, porém realoca a questão da guerra para outros eixos, isto é, no campo da política. Não cabe aqui, entretanto, aprofundar-se na especificidade desta temática.

Pode-se compreender, desta forma, o quadro geral de *Em Defesa da Sociedade*. Antes de entrar na biopolítica, há algumas discussões interessantes e que se pode conciliar com a

---

14. Aula de 21 de janeiro de 1976.

15. Ibid.

questão do saber médico que, de algum modo, apresenta características similares às conferências de 1974.

Toda a segunda metade do século XVIII viu desenvolver-se todo um trabalho de homogeneização, normalização, classificação e centralização, ao mesmo tempo, do saber médico. Como conferir um conteúdo e uma forma ao saber médico, como impor regras homogêneas à prática dos tratamentos, como impor essas regras à população, menos, aliás, para fazê-la compartilhar esse saber do que para torná-lo aceitável a ela? Isso foi a criação dos hospitais, dos dispensários, da Sociedade Real da Medicina, a codificação da profissão médica, toda uma enorme campanha de higiene pública, toda uma enorme campanha também sobre a higiene dos recém-nascidos e das crianças, etc<sup>16</sup>. (FOUCAULT, 1999, p. 216-217)

É importante destacar o termo higiene pública e seus traços apresentados na aula 17 de março de 1976, em que a problemática da biopolítica surge não só em relação ao saber médico, mas também outros estratagemas de saberes, novas estratégias e exercícios de poder. O racismo de Estado e a guerra das raças é inserido em outros eixos.

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico. (FOUCAULT, 1999, p. 285-286)

O controle da vida entra no registro biológico. Nas análises dos processos históricos, como a teoria clássica da soberania – o poder soberano, o direito de espada –, a submissão desta vida é de total controle do poder régio, portanto da dualidade “fazer morrer e deixar viver”. No entanto, é sempre pela possibilidade de “matar” que o poder soberano detém o poder da vida, do fazer viver. Com a mudança de “paradigma político”, da transformação do direito, a vida constitui outro estatuto, ainda que obedecendo inversamente a mesma conjunção do poder soberano, isto é, “fazer viver e deixar morrer”. A aplicação desta conjunção se constitui de outros mecanismos de poder sobre a vida, sobre o corpo. Para além dos surgimentos das tecnologias centralizadas sobre o corpo individual, no final do século XVII e início do século XVIII, que caracterizam o poder disciplinar, como classificação, hierarquização, inspeção e vigilância, há um novo mecanismo de poder de centralização do corpo, não pela sua

---

16. Aula de 25 de fevereiro de 1976.

individualidade enquanto um estatuto unitário, mas sim dos “corpos” plurificados e massificados.

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferente. (FOUCAULT, 1999, p. 288-289)

Essa nova tecnologia, cujos instrumentos não suprimem as disciplinas e não a distinguem separadamente, mas a integram e, de algum modo, a potencializam de outras formas, é a biopolítica.

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais, precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humana, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana. (FOUCAULT, 1999, p. 289)

O conjunto de saberes e tecnologias que se refere à biopolítica, segundo Foucault, é a esfera da ciência biológica enquanto uma questão política, a exemplo do controle estatístico do nascimento, mortalidade, fecundidade ou natalidade de uma população. Cada uma dessas categorias marca os primeiros objetivos do saber biopolítico – e, ao mesmo tempo, contempla uma especificidade no corpo social –, que, integrados e totalizados, formam esse corpo-população. De certo modo, pode-se conceber a biopolítica como uma forma de transição de saberes em suas aplicabilidades, como, por exemplo, o problema da morbidade na Idade Média, em que “a lepra e a peste” causaram múltiplas mortes, definindo assim um quadro epidêmico. Já com essa nova tecnologia, a questão da morbidade causada por doenças das mesmas



proporções passa a ser abordada de outras formas, isto é, por quadros endêmicos – controle da natureza, extensão, durabilidade da doença. São essas características e traços que corroboram para a problemática da medicina social, do saber médico e da higiene pública posta anteriormente.

São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. Portanto, problemas de reprodução, da natalidade, problema da morbidade também. (FOUCAULT, 1999, p. 291)

É importante destacar a relevância desses problemas apresentados em relação à temática do espaço, de modo direto e indireto. A análise da questão do espaço é fundamental para compreender como essa nova tecnologia de poder, a biopolítica, se dá no corpo-população. O protagonismo do espaço na biopolítica se apresenta em outras nuances, não da mesma forma como nas compreensões dos espaços disciplinares enfatizadas em *Vigiar e Punir*, apesar de haver muita aproximação. O panoptismo arquitetônico radicaliza, generaliza e se ramifica numa estratégia de poder, isto é, de vigilância dos corpos através das singularidades espaciais, como em escolas, prisões, hospitais, fábricas e asilos psiquiátricos. Na biopolítica, o espaço entra na esfera urbana, ou seja, do espaço da cidade.

[...] A preocupação com as relações entre a espécie humana, os seres humanos enquanto espécie, enquanto seres vivos, e seu meio, seu meio de existência – sejam, efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico: os problemas, por exemplo, dos pântanos, das epidemias ligadas à existência dos pântanos durante toda a primeira metade do século XIX. E, igualmente, o problema desse meio, na medida em que não é um meio natural e em que repercute na população; um meio que foi criado por ela. Será, essencialmente, o problema da cidade. Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras das suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu saber. (FOUCAULT, 1999, p. 292)

Neste sentido, é evidente que o espaço é um dos problemas fundamentais para a biopolítica. As preocupações com os “efeitos do meio”, com a maneira em que os corpos estão dispostos e distribuídos no “meio”, implicam na composição espacial da cidade e na consequente constituição de seus problemas, ou seja, doenças e situações adversas. O contexto da cidade se submete à conjunção entre os poderes disciplinar e biopolítico – e aqui o biopolítico

está relacionado a uma tecnologia reguladora. O espaço da cidade se insere na ambiguidade dessas técnicas de poder, que se mesclam de modo a dificultar sua distinção.

[...] esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar, o outro regulamentador, não estão no mesmo nível. Isso lhes permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro. Um ou dois exemplos: examinem, se quiserem, o problema da cidade, ou, mais precisamente, essa disposição espacial pensada, concebida, que é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade de realidade utópica, tal como não só a sonharam, mas constituíram efetivamente no século XIX. Examinem algo como a cidade operária. A cidade operária, tal como existe no século XIX, o que é? Vê-se muito bem como ela articula, de certo modo perpendicularmente, mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade: toda uma série de mecanismos disciplinares que é fácil encontrar na cidade operária. E depois vocês têm toda uma série de mecanismos que são, ao contrário, mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao hábitat, à locação do hábitat e, eventualmente, à sua compra. Sistema de seguro-saúde ou de seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade ótima população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc. Logo, vocês têm mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores. (FOUCAULT, 1999, p. 299-300)

O entrecruzamento dessas tecnologias de saber-poder possui uma característica singular de direcionamento e objetividade, o que significa dizer que os espaços da cidade estão interpelados por tais tecnologias de poder. A arquitetura da cidade, sua morfologia e desenvolvimento urbano se aplicam nos diversos registros, tanto disciplinar quanto biopolítico – uns se sobrepõem e outros se justapõem justamente pela semelhança e aproximação. No entanto, é possível notar algumas sutilezas na aplicabilidade de suas práticas, separando-as e as conciliando, mesmo que o destaque seja somente em torno de analisar o espaço da cidade nos prismas da biopolítica.

Para ampliar as colocações acerca da biopolítica e a introdução da temática e problematização do espaço da cidade na última aula do curso *Em Defesa da Sociedade*, de 17 de março de 1976, é necessário continuar o debate sobre este tema e sobre as novas roupagens da biopolítica. Isto se dá no curso *Segurança, Território e População* (1977-1978), em que a

questão da cidade se apresenta com mais nitidez como chave de compreensão dos problemas da biopolítica.

No curso *Segurança, Território e População*, Foucault tem como intenção dar seguimento às análises sobre biopolítica, porém com outros eixos de abordagem, novas características e objetos de investigação.

Este ano gostaria de começar o estudo de algo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. Então, antes de mais nada, um certo número de proposições, por assim dizer, proposições no sentido de indicações de opção; não são nem princípios, nem regras, nem teoremas<sup>17</sup>. (FOUCAULT, 2008, p.3)

Pode-se compreender o termo biopoder como um conjunto de práticas que tem relações com o poder disciplinar – são saberes que se aplicam simultaneamente. Foucault remonta à mesma metodologia do curso anterior, ou seja, se utiliza das genealogias para analisar outras práticas de saber-verdade. “Certo é que, tendo como objetivo traçar a genealogia do ‘poder sobre a vida’, Foucault orienta o curso de 1978, *Segurança, território, população*, para um horizonte mais amplo, que, a seu ver, engloba a biopolítica: uma história da governamentalidade.” (BAZZICALUPO, 2017, p. 53).

Os mecanismos do biopoder são vinculados a uma estratégia política, ou seja, a uma governamentalidade política, que perpassa determinadas práticas das quais emergem dispositivos específicos. Neste sentido, os conceitos-chaves como segurança, território e população, são interpretados na visão de Foucault enquanto dispositivos fundamentais para se compreender a biopolítica.

A proposta inicial é justamente fazer uma “introdução” às análises sobre o espaço na concepção da biopolítica que, por sua vez, acaba se relacionando de alguma forma com esses dispositivos à medida que eles se cruzam com a problemática do espaço da cidade. Ao mesmo

---

17. Aula de 11 de janeiro de 1978.

tempo, seria um trabalho árduo esmiuçar cada um desses dispositivos. Aqui, cabe apenas destacar suas implicações com o espaço, ou seja, apresentar algumas noções fundamentais.

Em *Segurança, Território e População*, a abordagem dos problemas do espaço da cidade como uma questão biopolítica surge a princípio com uma questão de segurança:

A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina. Na ordem do direito, portanto, na ordem da medicina, e poderia multiplicar os exemplos [...] vocês estão vendo que encontramos apesar de tudo uma evolução um tanto ou quanto parecida, transformações mais ou menos do mesmo tipo nas sociedades, digamos, como as nossas, ocidentais. Trata-se da emergência de tecnologias de segurança no interior, seja de mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social, como no caso da penalidade, seja dos mecanismos que têm função modificar em algo o destino biológico da espécie. (FOUCAULT, 2008, p. 14-15)

Segundo Bazzicalupo,

Até a publicação de *Vigiar e punir*, Foucault havia levado em consideração as tecnologias disciplinares; nos dois cursos sobre biopolítica, elas passam a acompanhar os dispositivos de segurança, transformando-se parcialmente nos próprios. Ao contrário do sistema disciplinar, o dispositivo de segurança toma emprestadas as suas categorias da epistemologia biológica e médica da segunda metade do século XIX. O disciplinar é portador de categorias “naturalísticas”, como, por exemplo, território, formação/instrução, indivíduo/povo. O sistema de segurança articula as velhas categorias com as do novo léxico: ambiente, normalização/regulação, população. (2017, p. 57)

Através dos dispositivos de segurança, Foucault analisa suas principais características intrínsecas, como o espaço, a aleatoriedade, a normalização e, por fim, a população. Aqui, é necessário frisar a função do espaço. “Poderíamos dizer, à primeira vista e de uma maneira um tanto esquemática: a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população.” (FOUCAULT, 2008, p. 15-16). Em Foucault, a abordagem do espaço é demasiadamente complexa, justamente por mesclar com “esferas” de poder, ou seja, o soberano e disciplinar. Inserir o espaço nessas colocações parece simples, mas não resolve um problema comum e peculiar para ambos: a multiplicidade dos corpos.

A cidade era, ainda no século XVIII, no início do século XIX também, essencialmente caracterizada por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava ou a marcava de uma maneira bastante singular em relação às outras extensões e espaços do território. Em segundo lugar, a cidade se caracterizava por um encerramento dentro de um espaço murado e denso, no qual a função militar nem de longe era a única. E, por fim, ela se caracterizava

por uma heterogeneidade econômica e social muito acentuada em relação ao campo. (FOUCAULT, 2008, p. 17)

Segundo Foucault, a cidade era concebida, no século XVIII e início do XIX, como um espaço “fechado” e “denso”, matizado pelo princípio da muralha. O que se apreende deste período é justamente o crescimento e desenvolvimento das populações da Europa ocidental. O acúmulo e adensamento do espaço remete a um problema que Foucault adota como um conceito, isto é, a circulação. A circulação é um termo chave para se compreender as práticas do biopoder.

[...] o crescimento do comércio e, depois, no século XVIII, da demografia urbana colocava o problema do seu adensamento e do seu encerramento no interior das muralhas. O desenvolvimento das técnicas militares também colocava esse mesmo problema. Enfim, a necessidade de intercâmbios econômicos permanentes entre a cidade e seu entorno imediato para a subsistência, seu entorno distante para suas relações comerciais, tudo isso [fazia como que] o encerramento da cidade, seu encravamento, [também levantasse] um problema. E, em linhas gerais, era precisamente desse desencravamento espacial, jurídico, administrativo, econômico da cidade que se tratava no século XVIII. Ressituar a cidade num espaço de circulação. (FOUCAULT, 2008, p.17)

Na aula 11 de janeiro de 1978, Foucault utiliza três exemplos, ou melhor, modelos de organização de espaço urbano, apresentando três concepções de cidade que abordam o problema da circulação. O primeiro exemplo é um escrito do engenheiro Alexandre Le Maître, *La Métropolitée*.

A análise que Le Maître faz é o seguinte: o Estado, diz ele, se compõe na verdade de três elementos, três ordens, três estados mesmo: os camponeses, os artesãos e o que ele chama de terceira ordem ou terceiro estado, que são, curiosamente, o soberano e os oficiais que estão ao seu serviço. Em relação a esses três elementos, o Estado deve ser como um edifício. As funções do edifício, as que estão na terra, debaixo da terra, que não vemos mas que asseguram a solidez do conjunto, são é claro os camponeses. As partes comuns, as partes de serviço do edifício, são é claro os artesãos. Quanto às partes nobres, as partes de habitação e de recepção, são os oficiais do soberano e o próprio soberano. (FOUCAULT, 2008, p. 18)

A obra *La Métropolitée* compreende o espaço urbano como edifício em seu princípio, entendido como uma forma de divisão-separação, um edifício-hierárquico, sendo a sua composição marcada por divisões das funções. Estas três demarcações são articuladas por Le Maître em funções que possuem um formato geométrico circular, uma “cidade circular”, um “Estado circular”, um “edifício circular” – nas margens: os camponeses; no meio: os artesãos;

no centro: o soberano e os oficiais. É no centro, na capital, onde ocorrem as relações políticas, e também são do centro os exemplos e os bons costumes que se ramificam por toda a extensão do país. Pode-se compreender esse projeto como uma soberania espacial. Apesar dos aspectos utópicos, simbólicos e estéticos, este projeto arquitetônico da “cidade” possui uma relação com a tentativa de sanar o problema da circulação que, de algum modo, articula o espaço e seus comportamentos conforme as funções que lhe são atribuídas, ou seja, essas três camadas (classes) não se misturam.

Um bom soberano, seja ele um soberano coletivo ou individual, é alguém que está bem situado no interior de um território, e um território que é civilizado no que concerne à sua obediência ao soberano é um território que tem uma boa disposição espacial. Pois bem, tudo isso, essa idéia da eficácia política da soberania está ligada aqui à ideia de uma intensidade das circulações: circulação das ideias, circulação das vontades e das ordens, circulação comercial também. Para Le Maître, trata-se, no fundo – ideia ao mesmo tempo antiga, já que se trata da soberania, e moderna, já que se trata da circulação – , de superpor o Estado de soberania, o Estado territorial e o Estado comercial. Trata-se de amarrá-los e de reforçá-los uns em relação aos outros. (FOUCAULT, 2008, p.20)

O segundo exemplo abordado por Foucault é uma cidade francesa chamada Richelieu, artificialmente criada a partir do nada no século XVII. “Onde não havia nada, construiu-se uma cidade. E como a construíram? Pois bem, utilizou-se a célebre forma do acampamento romano que, na época, acabava de ser reutilizada na instituição militar como instrumento fundamental de disciplina.” (FOUCAULT, 2008, p. 21). O formato arquitetônico utilizado na construção desta cidade é o mesmo dos acampamentos militares, com o uso geométrico do quadrado e do retângulo. Isso permite uma composição disciplinar do espaço – a utilização simétrica das linhas geométricas do quadrado e do retângulo tornam a articulação das ruas e os fluxos de circulação dos corpos mais eficazes. A cidade-acampamento entra na esfera disciplinar do espaço, e possui o controle dos espaços de moradia com ruas largas; dos espaços de comércio com ruas estreitas; das ruas que se cruzam em linha reta com as ruas principais. Ao mesmo tempo que há um controle e gerenciamento do espaço – e portanto da circulação –, o desenvolvimento do comércio e a abertura de novos estabelecimentos comerciais, localizados no centro deste quadrado ou retângulo, geram um problema de circulação causado pelo estreitamento das ruas, uma vez que o bairro comercial ou o espaço destinado para o comércio é margeado pelo seu entorno.

Creio que, nesse esquema simples, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, [a] constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser constituídas multiplicidades

artificiais organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição, por exemplo, assegurar o comércio, assegurar a moradia, etc. (FOUCAUT, 2008, p. 23)

O terceiro exemplo, talvez o mais fundamental para compreender a relação do espaço para com a biopolítica, é o da cidade de Nantes na França no século XVIII.

Cidade importante, porque está em pleno desenvolvimento comercial, por um lado, e porque, por outro, suas relações com a Inglaterra fizeram que o modelo inglês fosse utilizado. E o problema de Nantes é, evidentemente, o problema: desfazer as aglomerações desordenadas, abrir espaço para as novas funções econômicas e administrativas, regulamentar as relações com o entorno rural e, enfim, prever o crescimento. (FOUCAULT, 2008, p. 23)

O fator requerido para desfazer as aglomerações é justamente o problema da circulação – metaforicamente, esse projeto arquitetônico da cidade tinha que obedecer a forma de um coração, principal órgão correspondente a uma boa circulação. Nessa perspectiva, pode-se compreender o espaço da cidade como um espaço orgânico. O exemplo de Nantes é importante e fundamental para Foucault justamente porque a consistência desse projeto é o bom gerenciamento do espaço no sentido orgânico, destacando as principais características e práticas do mecanismo biopolítico, obedecendo alguns critérios:

Em primeiro lugar, abrir eixos que atravessassem a cidade e ruas largas o bastante para assegurar quatro funções. Primeira, a higiene, o arejamento, eliminar todas aquelas espécies de bolsões em que se acumulavam os miasmas mórbidos nos bairros demasiado apertados, em que as moradias eram demasiado apinhadas. Função de higiene, portanto. Segunda, garantir o comércio interior da cidade. Terceira, articular essa rede de ruas com estradas externas de modo que as mercadorias de fora pudessem chegar ou ser enviadas, mas isso sem abandonar as necessidades do controle aduaneiro. E, por fim – o que era um dos problemas importantes das cidades do século XVIII –, possibilitar a vigilância, a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada necessária pelo desenvolvimento econômico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo. Em outras palavras, tratava-se de organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, de maximizar a boa circulação da má. (FOUCAULT, 2008, p. 24)

O espaço é articulado em sua ampla complexidade e multiplicidade. E a questão fundamental para permitir o bom fluxo e o controle da circulação é pensar a rua como um

espaço, o entrecruzamento das ruas com seus lugares-estabelecimentos. É necessário destacar que a rua é uma característica biopolítica, e que é através da rua que a circulação é estabelecida, ou melhor, permitida.

O que é uma boa rua? É uma rua na qual vai haver, é claro, uma circulação dos chamados miasmas, logo das doenças, e vai ser necessário administrar a rua em função desse papel necessário, embora pouco desejável, da rua. A rua vai ser também aquilo por meio do que se levam as mercadorias, vai ser também aquilo ao longo do que vai haver lojas. A rua vai ser também aquilo pelo que vão poder transitar os ladrões, eventualmente os amotinados, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 26)

Há uma outra questão que é preciso ressaltar, que amarra, de algum modo, o espaço da cidade, o problema da circulação e, ao mesmo tempo, define o espaço na concepção da biopolítica, isto é, a questão do meio, do ambiente. “O que é o meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É portanto o problema circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio.” (FOUCAULT, 2008, p. 27).

É válido destacar que analisar a biopolítica como um problema do meio significa dizer que esta não é somente um problema da cidade, ou seja, a cidade não é apenas um espaço biopolítico. Uma análise atenta do problema do meio permite concluir que a cidade é uma consequência biopolítica.

O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casa, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa, do outro. Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mais se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer, mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc. Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. (FOUCAULT, 2008, p. 28)

Por fim, são estas as características do projeto arquitetônico da cidade de Nantes no século XVIII. Os três exemplos das cidades apresentados por Foucault servirão de base para compreender o espaço na biopolítica, ao mesmo tempo em que formam um quadro introdutório acerca da temática do espaço da cidade. Para compreender melhor o tema, serão analisadas, no



próximo tópico, outras aulas, como as de 29 de março e 5 de abril de 1978<sup>18</sup>, nas quais o espaço da cidade entra na esfera biopolítica.

### 3.2. HETEROTOPIA E BIOPOLÍTICA

Dando continuidade à discussão acerca do espaço biopolítico, cujas inferências perpassam pela problemática do espaço da cidade, essas abordagens serão analisadas em outros eixos e registros. Neste sentido, a proposta é estabelecer uma relação e uma conexão entre biopolítica e as heterotopias, abrangendo e conciliando as considerações até então realizadas, ou seja, a compreensão do espaço biopolítico e a concepção de espaço heterotópico.

De antemão, aliás, é necessário questionar – antes de estabelecer uma conexão entre heterotopia e biopolítica – qual é e como se pode compreender o espaço biopolítico, quais são suas regras de funcionamento no exercício do poder, saber onde opera sua topologia de poder, entre outras atribuições, saber como se tornam possíveis sua descrição e sua definição. Ou, de modo inverso, nos questionar como, através da biopolítica, pode-se compreender o espaço. E também o que pode ser considerado um espaço biopolítico. Apesar do grau de complexidade, há algumas arestas possíveis.

Através das análises apresentadas no presente capítulo, no tópico anterior, há indícios de que a problemática do espaço biopolítico percorre as questões do espaço da cidade. O poder biopolítico é gerenciado por mecanismos e estratégias específicas – que, por consequência, se aplicam ao espaço. O mais fundamental desses mecanismos são os “dispositivos de segurança”, justamente por abranger um vasto conjunto heterogêneo de aplicações dessas estratégias.

A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e disciplina. [...] Trata-se da emergência de tecnologias de segurança no interior dos mecanismos que têm por função modificar em algo o destino biológico da espécie<sup>19</sup>. (FOUCAULT, 2008, p. 14-15)

O dispositivo de segurança é o gestor do “meio” onde a população se concentra, gestor do controle social, das circulações, dos fluxos de mercadorias, das penalidades e também da saúde. Ao mesmo tempo, o responsável por administrar eventos adversos e aleatórios, por

---

18. Do curso *Segurança, Território e População* (1977-1978).

19. Esta citação se repete parcialmente justamente para realocar a discussão do dispositivo de segurança.

exemplo as doenças (aqui vale citar a lepra), e até mesmo em fatores econômicos como a escassez alimentar<sup>20</sup>.

Resumidamente, em considerações breves, durante o curso *Segurança, Território e População*, Foucault faz uma análise acerca da governamentalidade – ou melhor, do governo dos homens –, traçando uma trajetória da arte de governar; das análises do regime pastoral cristão, suas linhas de ruptura para com uma nova forma de governar e suas linhas de continuidades fortemente marcada pelo poder soberano; de um regime de governo medievo para uma concepção nova de governar, o Estado – ou seja, do regime medievo pastoral à *ratio status*, razão de Estado. O Estado é um fenômeno inteligível da política, assim como a própria política também o é. A razão de Estado como nova forma de reger a governamentalidade dos homens marca uma linha “ruptura” predominante no século XVI.

Através dessa nova constituição de governo que perpassa a perspectiva do Estado, mecanismos de manutenção e permanência se fazem úteis para uma estratégia de poder que se aplica no gerenciamento da população e de seu território. Entre essas estratégias de governo surge o sistema de segurança chamado “Estado de polícia”, o principal mecanismo de gerenciamento da população, dos cuidados à punição. Apesar de não ser a proposta analisar esse mecanismo específico, ou seja, sua constituição e suas diversas aplicações, é interessante notar como o dispositivo de segurança, conciliado com os mecanismos biopolíticos, opera no espaço da cidade e na vida da população, por exemplo, na saúde:

A saúde torna-se um objeto de polícia na medida em que a saúde é efetivamente uma das condições necessárias para que os homens numerosos, que subsistem graças aos víveres e aos elementos de primeira necessidade que lhes são fornecidos, esses indivíduos possam trabalhar, exercer atividades, ocupar-se<sup>21</sup>. (FOUCAULT, 2008, p. 436)

Em relação ao espaço, a polícia será responsável pela circulação e seu controle e, como exemplo, é válido lembrar dos problemas apresentados nos modelos das cidades abordados na aula de 11 de janeiro de 1978 em *Segurança, Território e População*:

[...] a circulação das mercadorias, dos produtos oriundos da atividade dos homens. E essa circulação deve ser entendida antes de mais nada no sentido dos instrumentos materiais que é necessário lhe proporcionar. Assim, a polícia

---

20. Não é a intenção abortar esses temas, porém, o exemplo da escassez alimentar é importante justamente por ser um evento aparentemente ambíguo, ou seja, em primeiro lugar, a apresentação do problema da “fome” e, em segundo, um problema que é equacionado por questões econômicas. Esta temática é enfatizada na aula de 18 de janeiro de 1978, em *Segurança, Território e População* (1977-1978).

21. Aula de 29 de março de 1978.

cuidará das estradas, da sua manutenção, do seu desenvolvimento, da navegabilidade dos rios, dos canais, etc. [...] Por “circulação”, porém, deve-se entender não apenas essa rede material que possibilita a circulação das mercadorias e eventualmente dos homens, mas a própria circulação, isto é, o conjunto dos regulamentos, imposições, limites ou, ao contrário, facilidades e incentivos que vão possibilitar a circulação dos homens e das coisas no reino e, eventualmente, fora das fronteiras. [...] É todo esse campo da circulação que vai se tornar, depois da saúde, depois dos víveres e dos objetos de primeira necessidade, depois da própria população, o objeto da polícia<sup>22</sup>. (FOUCAULT, 2008, p. 437)

A polícia enquanto sistema de segurança é um dos principais fatores para se compreender o espaço e o contexto da cidade nas práticas biopolíticas. Por conseguinte, suas finalidades e objetivos possuem práticas essencialmente urbanas. “Urbanos no sentido de que uns, alguns desses objetos, só existem na cidade e porque existe uma cidade. São as ruas, as praças, os edifícios, o mercado, o comércio, as manufaturas, as artes mecânicas, etc<sup>23</sup>.” (FOUCAULT, 2008, p. 451).

O espaço biopolítico só possui um estatuto de compreensão se passar pela perspectiva do dispositivo de segurança, isto é, a polícia e suas práticas de regulamentação urbana, gerenciamento e administração do território. Por fim:

A polícia como condição de existência da urbanidade. [...] Há cidades porque há polícia, e é porque há cidades tão perfeitamente policiadas que se teve a ideia de transferir a polícia para a escala geral do reino. “Policiar”, “urbanizar”, evoco simplesmente essas duas palavras para que vocês tenham todas as conotações, todos os fenômenos de eco que pode haver nessas duas palavras e com todos os deslocamentos e atenuações de sentido que pode ter havido no decorrer do século XVIII, mas, no sentido estrito dos termos, policiar e urbanizar é a mesma coisa<sup>24</sup>. (FOUCAULT, 2008, p. 453)

A constituição de uma conexão e interpretação das heterotopias nas perspectivas da biopolítica só é possível através dessas características urbanas até então apresentadas. Nesse sentido, o texto *Outros Espaços*, de 1967, possui traços que corroboram com as colocações e problemas biopolíticos.

No segundo princípio heterotópico apresentado na conferência de 1967, que corresponde ao das *mutações e funções*, tendo como principal exemplo o cemitério, Foucault diz:

---

22. Ibid.

23. Aula de 5 de abril de 1978.

24. Ibid.

O cemitério é certamente um lugar diferente em relação aos espaços culturais habituais, é um espaço que está, no entanto, em ligação com o conjunto de todos os posicionamentos da cidade ou da sociedade ou do campo, já que cada indivíduo, cada família tem parentes no cemitério. Na cultura ocidental, o cemitério praticamente sempre existiu. Mas sofreu mutações importantes. Até o fim do século XVIII, o cemitério estava situado no próprio centro da cidade, ao lado da igreja. Ali existia toda uma hierarquia de sepulturas possíveis. Havia o ossuário no qual os cadáveres perdiam até o último traço de individualidade, havia alguns túmulos individuais, e depois havia sepulturas dentro das igrejas. (FOUCAULT, 2006, p. 417)

Houve uma mudança no final do século XVIII que se sucedeu pelo século XIX, não apenas pelo fato das civilizações modernas terem se tornado atéias, mas sim por um problema sanitário, uma questão de saúde pública – por sua vez, uma questão urbana.

São os mortos, supõe-se, que trazem as doenças aos vivos, e é a presença e a proximidade dos mortos ao lado das casas, ao lado da igreja, quase no meio da rua, é essa proximidade que propaga a própria morte. Esse grande tema da doença disseminada pelo contágio dos cemitérios persistiu no fim do século XVIII; e foi simplesmente ao longo do século XIX que se começou a processar a remoção dos cemitérios para a periferia. Os cemitérios constituem, então, não mais o vento sagrado e imortal da cidade, mas a “outra cidade”, onde cada família possui na morada sombria. (FOUCAULT, 2006, p. 417-418)

É pelo medo do contágio de doenças oriundas dos mortos que a mudança topológica ocorre, uma questão puramente de saúde, logo, de vida. Nesse sentido, é possível compreender essa mudança como uma questão médica. E aqui se dá o ponto de conexão com a biopolítica, ou seja, com a medicina urbana.

Nesse momento vale destacar a conferência *O nascimento da medicina social*, de outubro de 1974, realizada no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cuja premissa é o surgimento da medicina urbana. Como exemplo, Foucault expõe a problemática da passagem da medicina social à urbanização na França no século XVIII. Um dos principais fatores que colaboraram com o desenvolvimento urbano na França nesse período foi a questão do cemitério, igualmente colocada no segundo princípio heterotópico, que envolve o medo, a doença e a morte. Os fatores do cemitério somados a outros eventos oriundos do espaço urbano colocam em questão os problemas da cidade, até mesmo uma fragilidade do espaço urbano, da coexistência social. Surge assim uma espécie de “fobia urbana”:

Nasce o que chamarei medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos

cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das *caves* sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo o perigo de desmoronar. (FOUCAULT, 2015, p. 154)

Esta mesma aversão também ocorre com a composição do espaço do cemitério no século XVIII. Foucault diz:

Tem-se, assim, certo número de pequenos pânico que atravessaram a vida urbana das grandes cidades do século XVIII, especialmente de Paris. Darei o exemplo do “Cemitério dos Inocentes” que existia no centro de Paris, onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno de claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas *caves* provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia etc. Este pânico urbano é característico do cuidado, da inquietude político-sanitária que se forma à medida que se desenvolve o tecido urbano. (FOUCAULT, 2015, p. 154-155)

A associação entre o medo do contágio de doenças, o advento da morte e o cemitério tornou necessária a adoção de medidas espaciais, topológicas e urbanas, além de condições de controle e regulamentações – por exemplo, a saúde como objeto do sistema de segurança, sendo o gerenciamento policial o encarregado de tal função.

Portanto vai ser necessário estar atento a tudo o que possa causar as doenças em geral. Vai ser então o caso, principalmente nas cidades, do ar, do arejamento, da ventilação, estando tudo isso, evidentemente, ligado à teoria dos miasmas, e vamos ter toda uma política de um novo equipamento, de um novo espaço urbano que será submetido, subordinado a princípios, a preocupações de saúde: largura das ruas, dispersão dos elementos que podem produzir miasmas e envenenar a atmosfera, os açougues, os matadouros, os cemitérios. Portanto toda uma política do espaço urbano ligada a esse problema da saúde. (FOUCAULT, 2008, p. 436)

O espaço é uma problemática ambígua. É um problema na medida em que é a causa, por exemplo, da má circulação e de doenças e, ao mesmo tempo, uma solução, na medida em que a sua compreensão se torna um fator crucial para a intervenção e inibição dos problemas causados. A partir no século XVIII o espaço é pensado enquanto gestão e administração, que, para além do espaço mesmo, isto é, ruas largas, boa circulação, etc., um dos seus objetivos é articulado para prevenção de eventos ligados à “vida”, à saúde da população.

O espaço entra na esfera de um saber médico, ou pelo menos o perpassa, portanto, no sentido de um saber médico, destaca-se a conferência *O nascimento da medicina social*, que apresenta os principais elementos de um saber médico.

Em que consiste essa medicina urbana? Essencialmente em três grandes objetivos: 1º) Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos. São essencialmente os cemitérios. É assim que aparecem, em torno dos anos 1740-1750, protestos contra o amontoamento dos cemitérios e, mais ou menos em 1780, as primeiras grandes emigrações de cemitérios para a periferia da cidade. [...] 2º) A medicina urbana tem um novo objeto: o controle da circulação. Não da circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar. [...] 3º) Outro grande objeto da medicina urbana é a organização do que chamarei distribuições e sequências. Onde colocar os diferentes elementos necessários à vida comum da cidade? É o problema da posição recíproca das fontes e dos esgotos ou dos barcos-bombeadores e dos barcos-lavanderia. (FOUCAULT, 2015, p. 158-160)

Neste sentido, como podemos compreender o espaço biopolítico? É demasiadamente complexo defini-lo. Pode-se compreendê-lo como um espaço repleto de variedade – aqui, por mais que o termo seja simplório, é em seu total sentido, tanto por uma questão morfológica – como o caso da cidade –, quanto por uma questão demográfica, ou seja, é nessa variedade de fatores que a biopolítica vai exercer seu poder no espaço.

Os mecanismos e estratégias de poder biopolítico se aplicam ao espaço urbano, ao espaço da cidade, remetendo assim a uma compreensão da noção do espaço biopolítico, isto é, a cidade. A cidade é uma questão biopolítica e um espaço exclusivo para se pensar a biopolítica. A aplicação dos mecanismos biopolíticos se sobrepõe a um espaço que não é somente um espaço específico, um edifício, talvez uma instituição – não é mesma compreensão do espaço disciplinar, apesar de haver semelhanças. O espaço em questão de proporção é maior e, por sua vez, os eventos aleatórios também são maiores. O espaço biopolítico é um espaço totalizante, permeia a morfologia completa da cidade. Paralelamente, o espaço biopolítico inverte o *panoptismo*, já não é mais a prisão enquanto arquitetura do poder disciplinar aplicada ao corpo social, é a arquitetura do hospital que se generaliza – mesmo que essa arquitetura seja ela mesma disciplinar<sup>25</sup>. O hospital se institucionaliza na estrutura urbana da cidade e a vigilância se torna médica.

---

25. No contexto de *Vigiar e Punir* (1975), e também nas preleções de cartas de Jeremy Bentham em *O Panóptico* (1787).

Segundo Foucault:

A medicalização da cidade, no século XVIII, é importante por várias razões: 1º) Por intermédio da medicina social urbana, a prática médica se põe diretamente em contato com ciências extra-médicas, fundamentalmente a química. [...] A inserção da medicina no funcionamento geral do discurso e do saber científico se fez pela socialização da medicina, devido ao estabelecimento de uma medicina coletiva, social, urbana. [...] 2º) A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência. [...] 3º) Com ela aparece, pouco antes da Revolução Francesa, uma noção que terá uma importância considerável para a medicina social: a noção de salubridade. [...] Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. (FOUCAULT, 2015, p. 162-163)

Pode-se notar que a problemática do espaço biopolítico não se refere somente ao cuidado com a população, com o corpo e o organismo, mas sim com tudo que está em seu entorno. A partir das práticas de gerenciamento do que se está “em volta” da vida, ou seja, do seu meio habitado, coexistido, o espaço é o objeto principal. Neste sentido, pode-se compreender o espaço enquanto um dispositivo de poder biopolítico, e o espaço do exercício biopolítico é a cidade, em que narrativas do saber médico são apropriados para a arquitetura da cidade. As análises do poder biopolítico se sobrepõem ao espaço da cidade, e dentro do espaço da cidade, da sua circunscrição, a biopolítica também se sobrepõe em múltiplos espaços que pertencem à cidade, como é o caso do cemitério. O cemitério é um espaço dentro do espaço da cidade.

Neste sentido, a relação do espaço do cemitério na chave de leitura das heterotopias possui praticamente os mesmos problemas na compreensão biopolítica. A *mutação e função* possui sentidos biopolíticos e heterotópicos. O espaço do cemitério constitui uma característica ambígua, ou seja, através da concepção heterotópica, o cemitério possui esse lado múltiplo – característico da heterotopia –, onde cada indivíduo tem uma experiência específica condicionada por suas crenças; já na concepção biopolítica, o cemitério é um problema de saúde pública, uma questão sanitária – de doença e contágio da população –, um “miasma” que por sua vez é solucionado pelo advento urbanístico da cidade.

É interessante destacar o espaço biopolítico como um espaço aberto, nunca fechado, e aberto não no sentido da existência de estradas, ruas e vias, ou “muros” abertos, tanto para entrada e para saída; é aberto justamente pela possibilidade de emergência de eventos adversos, de aplicações adversas, acontecimentos múltiplos, etc. É um espaço que está em constante

atualização, ou seja, *mutação*. O cemitério heterotópico muda de lugar, sai do centro para a margem, para a periferia da cidade, ao mesmo tempo em que possui um estatuto “outro” – real e irreal –, uma sobreposição utópica da compreensão da morte. Através do cemitério heterotópico e estabelecendo uma conexão com o cemitério biopolítico, pode-se extrair uma compreensão de que o que muda não é somente o espaço do cemitério, mas sim todo um conjunto de coisas que pertence ao espaço da cidade. A cidade por sua vez é um espaço de *mutação e função*, obtém uma função no sentido de seu território, da sua relação com o espaço geográfico, e também a função de relação e interligação de cidades e, *mutação* no sentido de eventos adversos e aleatórios, por conseguinte, do desenvolvimento urbano, da sua forma arquitetural e espacial.

Para além do cemitério heterotópico, há o exemplo das colônias jesuítas na América do Sul, que surgem no sexto e último princípio apresentado por Foucault na conferência de 1967, para se pensar a relação com a biopolítica: o princípio de *ilusão e compensação*<sup>26</sup>. Articulando a cidade-colônia como um espaço perfeitamente organizado, como as colônias puritanas inglesas fundadas na América no século XVII, diz Foucault:

Penso também nas extraordinárias colônias jesuítas fundadas na América do Sul: colônias maravilhosas, absolutamente organizadas, nas quais a perfeição humana era efetivamente realizada. Os jesuítas do Paraguai haviam estabelecido colônias em que a existência era regulamentada em cada um dos seus pontos. A aldeia era repartida segundo uma disposição rigorosa em torno de um lugar retangular no fundo do qual havia a igreja; de um lado, o colégio, de outro, o cemitério, e além disso, diante da igreja, se abria a avenida que uma outra vinha cruzar em ângulo reto; as famílias tinham cada uma sua pequena cabana ao longo dos dois eixos, e assim se encontrava exatamente reproduzido o signo de Cristo. A cristandade marcava, assim, com seu signo fundamental, o espaço e a geografia do mundo americano. A vida cotidiana dos indivíduos era regulamentada não pelo apito, mas pelo sino. O despertar era fixado para todo mundo na mesma hora, o trabalho começava para todos na mesma hora; as refeições ao meio-dia e às cinco horas; depois se dormia e, à meia-noite, havia o que se chamava de despertar conjugal, ou seja, o sino do convento, tocando, todos cumpriam seu dever. (2006, p. 421)

O espaço organizado e a vida regulamentada são estritamente ordenados pela composição do espaço da cidade-colônia. É interessante destacar que a heterotopia da *compensação*, isto é, do meticulosamente bem organizado e perfeito, é uma compensação em relação ao que é desorganizado. Talvez, nesses aspectos, o desorganizado seja o colonizador. Neste sentido, em um contexto biopolítico, pode-se compreender a compensação enquanto uma forma de subverter o desorganizado, com o aleatório, com eventos adversos e, ao mesmo tempo,

---

26. Retira-se as análises das casas de tolerância destinada a espaços de *ilusão*.



o controle e gerenciamento da vida da população. Uma compensação em relação à circulação e os fluxos das coisas, ou seja, uma compensação constante, considerando uma boa circulação, um bom meio de coexistência social, uma boa saúde coletiva. A *compensação* e a *mutação* possuem um traço de semelhança na perspectiva do espaço da cidade, no espaço biopolítico.

Por fim, as heterotopias e a biopolítica possuem características próximas, mesmo que a relação seja aparentemente distante. A relação dos registros e das concepções são díspares no âmbito “teórico” no pensamento de Foucault. Ambas as concepções possuem sentidos diferentes, no entanto, apesar da análise ser diferente, os espaços enfatizados são os mesmos. Há, nesse aspecto, um embate de concepção e de registro, porém, há uma conexão e interpretação, ou seja, uma leitura possível que aproxime essas duas concepções. De algum modo, há uma forma de junção das heterotopias nas análises biopolíticas do espaço da cidade. Afinal, a cidade é uma heterotopia?

## CONCLUSÃO

O âmago desta pesquisa consiste na demonstração do quanto a noção de espaço em Foucault é relevante para compreender seu pensamento e, pela variedade de abordagens e noções, há em Foucault múltiplas compreensões de espaços. É uma temática predominante na forma como Foucault constrói seu pensar, ou seja, é uma temática que possui protagonismo, por exemplo, para se compreender as relações de poder e, também, outras formas de se analisar o espaço.

Curiosamente, Deleuze, na sua obra *Foucault* (1986), no fragmento *Um novo cartógrafo* (*Vigiar e Punir*), pensa o autor com um cartógrafo, aproximando-o a uma área específica da geografia, sendo o seu produto e finalidade a criação de mapas. Na concepção de Deleuze, o núcleo do pensamento de Foucault é constituído por diagramas:

[...] em Foucault nada se fecha realmente. A história das formas, arquivo, é duplicada por um devir das forças, diagrama. É que as forças aparecem em “toda relação de um ponto a outro”: um diagrama é um mapa, ou melhor, uma superposição de mapas. E, de um diagrama a outro, novos mapas são traçados. Por isso não existe diagrama que não comporte, ao lado dos pontos que conecta, pontos relativamente livres ou desligados, pontos de criatividade, de mutação, de resistência; é deles, talvez, que será preciso partir para se compreender o conjunto. É a partir das “lutas” de cada época, do estilo das lutas, que se pode compreender a sucessão de diagramas ou seu re-encadeamento por sobre as discontinuidades. (DELEUZE, 2006, p. 53)

Foucault possui uma certa facilidade em adentrar em variadas áreas do saber, extraindo seus objetos principais de análise e, com isto, formando uma nova concepção e compreensão destes objetos, como é o caso do espaço. Nas analogias entre cartografia e diagrama fica evidente o quanto Foucault dialoga com a geografia, e o quanto seu pensamento é espacializante, topológico e geográfico. Pode-se afirmar que seu pensamento é visual e localizável. Ele mesmo descreve, em uma entrevista para geógrafos na revista *Hérodote*, intitulada *Perguntas a Michel Foucault sobre Geografia*: “A geografia deve, de fato, estar bem no cerne daquilo com que me ocupo.” (FOUCAULT, 2006, p. 188).

O espaço é fundamental para compreender a dinâmica do poder, seu funcionamento, estratégias, práticas e exercícios. Ao mesmo tempo, nos permite compreender as possíveis conexões e relações com a heterotopia, onde os “espaços outros” se cruzam com o poder. Portanto, as heterotopias têm mais ênfase nesse trabalho. É interessante notar que as heterotopias ficaram marcadas no pensamento de Foucault, e que não houve desvencilhamento,

tampouco contradições sobre suas intenções, mesmo que o tema das heterotopias tenha sido trabalhado somente nos anos 1966 e 1967. Apesar dessa noção de espaço não ter sido repercutida em outras obras e pesquisas, Foucault se importava com ela – ao contrário, teria em algum momento a negado ou desconstruído. Foucault manteve a fundo essa compreensão de espaço, justamente por acreditar na sua potencialidade, como mostra na entrevista concedida a Paul Rabinow, publicada na revista *Skyline*, intitulada *Espaço, Saber e Poder*, em 1982, em que Foucault menciona as heterotopias:

O espaço é fundamental em toda forma de vida comunitária. O espaço é fundamental em todo exercício do poder, um parêntese: lembro-me de ter sido convidado por um grupo de arquitetos, 1966, a fazer um estudo do espaço. Trata-se do que chamei, na época, “as heterotopias”, os espaços singulares que encontramos em alguns espaços sociais cujas funções são diferentes das de outros, até mesmo diretamente opostas. Os arquitetos trabalhavam nesse projeto e, no final do estudo, alguém pediu a palavra – um psicólogo sartriano – e me bombardeou dizendo que o espaço era reacionário e capitalista, mas que a história e o futuro eram revolucionários. Na época, esse discurso absurdo não era nada inabitual. Hoje, qualquer um se torceria de rir ao ouvi-lo, mas na época, não. (FOUCAULT, 2012, p. 219)

Há outra menção das heterotopias, numa entrevista com Jean-Pierre Barou e Michelle Perrot intitulada *O olho do poder*<sup>27</sup>, de 1977, em que Foucault questiona o quanto os filósofos se preocupavam com a temática do tempo e não se atentaram para a temática do espaço e, de algum modo, evidencia seu descontentamento pela desqualificação que há sobre o tema na história da filosofia, mencionando as heterotopias como algo importante nessa perspectiva.

Lembro-me de ter falado, há uns dez anos, dos problemas de uma política dos espaços e de me terem respondido que era bastante reacionário insistir tanto sobre o espaço e que o tempo, o projeto, era a vida e o progresso. É preciso dizer que essa censura foi feita por um psicólogo – verdade e vergonha da filosofia do século XIX. (FOUCAULT, 2015, p. 323)

As heterotopias possuem características próprias. São, de algum modo, formas de descrever os espaços singulares, espaços específicos e diferentes, ou seja, possuem um caráter descritivo e espacializante – são espaços cartografados em relação à pluralidade de outros espaços –, e também topológico relacionado ao espaço da cidade. As heterotopias permitem um mapeamento dos espaços tomados como “diferentes”, isto é, “outros”.

Um outro ponto desta pesquisa é que, através das análises das heterotopias junto ao poder disciplinar e biopolítico, nota-se os aspectos pelos quais se fazem possíveis as conexões

---

27. Essa entrevista se encontra em *Microfísica do Poder* (1978).

e relações. Por um lado, a disciplina: a criação, as congruências e ampliações; por outro, a biopolítica: a ambiguidade, a semelhança e a dissimetria dos registros. Portanto, há heterotopias disciplinares, aquelas que constroem o corpo, que clausuram e retêm o corpo “preso” no espaço; e há aquelas cuja vida se articula com a sua circulação, com sua coexistência espacial e geográfica.

A proposta foi justamente identificar esses embates, esses conflitos de registros – ao mesmo tempo, reconstruindo-os em outras leituras – de modo que o poder, ou melhor, as relações de poder, consolidam uma forma de composição não tão abstrata quanto as heterotopias, mas, ao se aprofundar, percebe-se que as relações de poder perpassam questões utópicas se olharmos pelo prisma das heterotopias, mesmo que as heterotopias sejam uma subversão e justaposição das utopias.

Por fim, a finalidade deste trabalho foi mostrar que existe uma conexão e relação entre as heterotopias e as relações de poder – disciplinar e biopolítico – em um nicho específico de registro, estabelecendo uma aproximação dessas noções e apresentando uma nova leitura e interpretação sobre as heterotopias e as relações de poder. Para além dos anseios de uma “ciência” chamada heterotopologia, é preciso compreender as heterotopias nas perspectivas da metáfora da caixa de ferramentas<sup>28</sup>, para assim dar continuidade ao projeto foucaultiano dos espaços outros, permitindo novas descrições, topologias e a iminência de cartografias outras.

---

28. Deleuze num diálogo com Foucault, diz: “Exatamente. Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significado... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas.” (DELEUZE apud FOUCAULT, 1979, p. 71).

## BIBLIOGRAFIA

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução Antonio de Pádua Danesi; revisão da tradução Rosemary Costhek Abílio. – São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1993.
- BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*; tradução Luisa Rabolini. – São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2017.
- BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Organização de Tomaz Tadeu. Traduções de Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário De Foucault: Um Percurso Pelos Seus Temas, Conceitos E Autores*. Tradução de Ingrid Muller Xavier. Revisão técnica de Alfredo Veiga-neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DEFERT, Daniel. *Heterotopia: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles*. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Claudia Sant' Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: para além da hermenêutica e do estruturalismo*. Tradução: Vera Porto carrero e Gilda Gomes Carneiro; introdução: traduzida por Antonio Cavalcanti Maia; revisão técnica: Vera Porto carrero. – 2.ed., rev. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Crise da medicina ou crise da antimedicina*. Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol., n. 18, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos III - Estética: literatura e pintura, cinema e música*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos IV – Estratégia: Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Ditos e escritos VIII - Segurança: Penalidade e Prisão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*; tradução Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *História da loucura: na Idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Graal. 1979.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_. *O corpo utópico, as heterotopias*. Posfácio de Daniel Defert. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.

\_\_\_\_\_. *Resumo Dos Cursos Do Collège De France (1970-1982)*. Tradução de Andréa Daher; consultoria, Roberto machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População*. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução, Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Miller, Jacques-Alain. "A máquina panóptica de Jeremy Bentham". *O Panóptico: Jeremy Bentham*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Perrot, Michelle. "O inspetor Bentham". *O Panóptico: Jeremy Bentham*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. Colaboração com Denise Elias. – 6. ed. 2. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

TADEU, Tomaz. *O Panóptico: Jeremy Bentham*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TARRES, Joan Pujol; MARTÍNEZ, M.; MANSANO, S. R. V. "Corpos dóceis: novos contornos". Nalli, M. & Mansano, S. R. V. *Michel Foucault: desdobramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

YAZBEK, André Constantino. *10 lições sobre Foucault*. 6. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.